

EMENTA SIMPÓSIOS TEMÁTICOS SEMANA DE HISTÓRIA/UFJF 2022

SIMPÓSIOS NA MODALIDADE PRESENCIAL

ST 1 - Direitas, História e Memória (PRESENCIAL)

Coordenadores: Mayara Balestro, Alice Lazzarini Bento e Marco Antônio Campos e Souza

Ementa: O Simpósio Temático “Direitas, História e Memória” busca reunir pesquisadores que se dedicam aos estudos sobre as direitas contemporâneas, a fim de refletir sobre suas tradições, culturas, formas de ação política e também sobre a memória de determinados grupos. A proposta está vinculada a rede de investigação Direitas, História e Memória (<https://www.direitashistoria.com>), um ativo espaço de discussão entre pesquisadores e estudantes da área, que tem como objetivo fomentar intercâmbios e diálogos transnacionais acerca dos estudos sobre as direitas nos séculos XX e XXI.

ST 2 - O Antigo Regime nos trópicos e o Império Ultramarino português: poderes, instituições e sujeitos (séculos XVIII -XIX) (PRESENCIAL)

Coordenadores: Beatriz Sales Dias, Gabriela de Andrade Ferreira, Gyovana de Almeida Félix Machado e Helena Amaral Sant' Ana

Ementa: Durante as últimas décadas, a historiografia tem procurado entender o Império português moderno conectando todas as suas partes. Ásia, África e América deixaram de ser entendidas como meros apêndices de Portugal e passaram a ser entendidas como elementos de um mesmo todo.

Acerca disto, até inícios do século XVIII, as relações entre Portugal e seus territórios ultramarinos eram empreendidas pela organização característica do Antigo Regime. Quando falamos da lógica de uma sociedade deste tipo, estamos nos referindo a um funcionamento pautado, primeiramente, na pluralidade da política e do direito, o que resultou numa multiplicidade de jurisdições, fundamentadas em privilégios. Porém, foi a partir dos anos 1980, sobretudo, que a historiografia começou a se atentar sobre as especificidades da América.

Desde então, a análise do Antigo Regime português passou por grandes transformações, e a ideia da existência de um poder “centralizado” e “absoluto” foi substituída por uma abordagem que enfatizava as redes de poder existentes na monarquia portuguesa do Antigo Regime. O estudo do modo como se enlaçavam os interesses públicos e particulares, poderes locais e centrais, economia e política, hierarquização social e acumulação de riquezas transformou a visão até então vigente sobre os modos de governar o reino e todo o Império português.

Essas relações se davam de um lado, através das instituições normatizadoras implementadas pela Coroa nos mais diversos espaços do Império, tais como o Conselho Ultramarino, as Câmaras, os Tribunais da Relação, a Inquisição e as tropas militares. Por outro, por meio da circulação e atuação dos sujeitos dentro desse vasto Império. Através desses sujeitos, tal como camarários, soldadística e oficialato, clero regular e secular, entre outros, é possível perceber processos de formação de redes clientelares, de elites econômicas e políticas, e, da dinâmica de hierarquização social.

Serão bem vindos trabalhos que abordem o contexto setecentista, centrando a análise das circulações dos sujeitos, cargos e ofícios, instituições, redes clientelares, comunicações políticas, o exercício das justiças, e nas práticas sociais e religiosas de um modo mais geral. Além deste recorte, também buscamos trabalhos que abordem a “aurora” oitocentista, isto é, envolvidos com o panorama de transição de um contexto de Antigo Regime, para uma nova dinâmica, segundo a qual houve uma inversão dos centros de poder, não mais Lisboa, mas o Rio de Janeiro.

ST 3 - Narratividades e usos políticos do passado: ensino de história, historiografia e representação em tempos de crise (PRESENCIAL)

Coordenadores: Edmo Videira Neto, João Victor de Oliveira Calegari e Ricardo Vicente da Cunha Júnior

Ementa: O objetivo deste simpósio temático é reunir discussões a respeito do lugar da narrativa na constituição do conhecimento histórico, tendo como principal interesse os modos pelos quais a narratividade configura uma representação do passado que atende a diferentes projetos políticos. Hayden White (2017) aponta para a dimensão provisória do papel da “verdade” na história, nos colocando essa provisoriade enquanto resultado do próprio devir do tempo histórico, que não se acomoda, mas se reinventa e se reorganiza, o que torna a verdade e o portador da verdade - historiador (?) - “matéria relativa”. Entendemos, deste modo, que o saber histórico é um saber constituído pela linguagem e, como tal, seu processo de construção requer a necessidade de considerar a dialogicidade do conhecimento, em especial no que tange ao contexto em que se vincula a narrativa histórica. Considerando tal constatação, de que modo o conhecimento histórico é narrativamente construído? Essa indagação, que em um primeiro momento parecia de algum modo simplória e teoricamente vencida, ganha novos contornos diante de um contexto marcado por diversas crises que, no caso brasileiro, tem afetado o próprio lugar de um saber academicamente construído. Não obstante, novos paradigmas desafiam ainda mais o campo dos estudos históricos com a necessidade de que novas interseções sejam igualmente centrais na construção do saber, haja vista as justas e precisas reivindicações realizadas pelas pesquisas decoloniais, que se somam às demandas de gênero, raça e classe, cujos contornos ganham camadas de sentido a partir da centralidade que desempenham no campo historiográfico nos últimos anos, sobretudo quando temos como objeto de análise a produção do discurso historiográfico.

Ademais, quando apontamos esse contexto de crise epistemológica e hermenêutica, é preciso ater-se à necessidade de deixar de lado a tão falada “torre de marfim” e pensar formas de combate aos negacionismos que atingem a disciplina histórica disfarçado de revisionismo, de história pública e de mídia sem ideologia. Concordamos com Caroline Bauer quando afirma que é necessário que “chamemos as coisas pelos seus nomes” (BAUER, 2020), abdicando da censura ou medo, de forma que seja reservado a denominação do termo “revisionismo” para a ciência contemporânea, a história, feita com discussão, sem dogmatismo e tendo a certeza de que seu interlocutor é honesto. O contrário disso deve ser no mínimo chamado de negacionismo revisionista (ARAÚJO, 2020). Outro campo bastante importante e que dialoga com as questões referentes ao negacionismo e aos usos políticos do passado é o ensino de história. Por isso, partimos de uma concepção que diagnostica, nos últimos anos, uma ampliação de pesquisas que versam sobre as especificidades do ensino e aprendizagem em história. Todavia, é preciso que neste momento também compreendamos o ensino de história enquanto uma construção narrativa pautada em ideologias e formas de usar o passado. Como usamos o passado em sala de aula? Quais são as ideologias que movem este saber escolar? Não é possível ficarmos presos à uma falsa ideia de uma história escolar neutra, isenta e científica, por isso a necessidade de elaborarmos esses e outros questionamentos.

Desse modo, nosso simpósio temático busca reunir trabalhos que versem sobre as diversas temáticas exemplificadas acima, tais como: teoria da história, narratividade, ensino de história, história pública, decolonialidades e história intelectual. Neste sentido, buscaremos reunir em torno das temáticas da narrativa histórica e dos usos políticos do passado as mais variadas reflexões que tangenciam os dilemas contemporâneos vivenciados pelos sujeitos históricos imersos em constantes crises.

ALMEIDA, Juliene Rabêlo de. & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2007.

AVILA, Arthur Lima de. (Re)Politizando a teoria da história em tempos de exceção: Hayden White e a crítica do presente. *ArtCultura, Uberlândia*, v.20, n.37, 2018.

- BAUER, Carolina; NICOLAZZI, Fernando. *O Historiador e o Falsário. Usos Públicos do Passado e Alguns Marcos da Cultura Histórica Contemporânea. Varia História, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez, 2016. <https://www.scielo.br/pdf/vh/v32n60/1982-4343-vh-32-60-00807.pdf>*
- CERRI, Luiz Fernando. *Ensino de história e Consciência histórica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.*
- HARTOG, François. *Ainda cremos em História? In: Crer em história. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.*
- HELLER, Agnes. *Uma teoria da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.*
- JENKINS, Keith. *A História repensada. Tradução de Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2005.*
- LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History and Reading Texts. History and Theory. Vol. 19, n. 3, 1980.*
- MENDES, Breno. *Ensino de história, historiografia e currículo de história. Revista TransVersos, [S.l.], n. 18, p. 107-128. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/49959>>. Acesso em: 02 maio 2021.*
- RICOEUR, Paul. *Teoria da interpretação. O discurso e o excesso de significação. trad. de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, s/d.*
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.*
- SILVA, Daniel Pinha. *O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 99 - 129. jan./abr. 2017. jan./abr. 2017.*
- TURIN, Rodrigo. *Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. Tempo [online]. 2018, vol.24, n.2, pp.186-205.*
- TURIN, Rodrigo. *História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. História da historiografia, Ouro Preto, n. 13, 2013*
- VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Grillo, Sheila; Américo, Ekaterina Vólkova. Ensaio introdutório de Grillo, Sheila. São Paulo: Editora 34, 2017.*
- WHITE, Hayden. *Como não escrevi Meta-história. In: BENTIVOGLIO, Julio e TOZZI, Verónica (orgs). Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história. Serra: Milfontes, 2017.*
- WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.*
- WHITE, Hayden. *The practical past. Evanston: Northwestern University Press, 2014.*
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.*

ST 4 - As ditaduras militares no Cone Sul entre a memória, a história e o esquecimento; “O sul como norte” para compreensão das nossas realidades. (PRESENCIAL)

Coordenadores: Hygor Mesquita Faria e Carlos Eduardo de Souza Costa

Ementa: Memória, história e esquecimento têm sido dimensões importantes nas reflexões feitas sobre as recentes ditaduras militares que assolaram o Cone Sul nas décadas de 1960, 70 e 80 do século passado. Por seu profundo impacto, no passado e no presente, o tema das ditaduras continua sendo objeto de disputa, ensejando variadas interpretações no ambiente acadêmico e um conflito incessante entre memória e esquecimento na sociedade. Novos questionamentos e abordagens têm sido incorporados ao debate que já vem sendo feito por estudiosos de diversas áreas, evidenciando o seu potencial interdisciplinar e a necessidade de se debruçar sobre aspectos até então pouco conhecidos.

Pensar as experiências ditatoriais dos países no Cone Sul, entendendo suas particularidades e seus pontos de articulação, propicia o intercâmbio de informações que ajuda a refletir sobre essas ditaduras em suas variadas dimensões, pensando em quais histórias, memórias e esquecimentos foram sendo criados, tanto em anos anteriores quanto nesses novos tempos, nos quais as disputas por verdade e justiça reforçam a importância de um tema que não está restrito apenas ao debate acadêmico, mas que é social e, sobretudo, urgente.

Este simpósio visa agregar pesquisadores das mais diversas áreas que têm se debruçado sobre o assunto em questão, fomentar discussões de cunho teórico-metodológico, documental e temático, refletir sobre as distintas abordagens já construídas e pensar em novas perspectivas. Para tanto, pretende-se discutir tais ditaduras não

somente em seus aspectos mais pontuais, que correspondem ao período em que vigoraram, mas, também, a partir de questões mais atuais ligadas às suas heranças e às suas construções memorialísticas, refletindo sobre seus impactos no tempo presente de cada país e da América Latina como um todo.

Será possibilitado e estimulado neste simpósio o horizonte de que é necessário analisar e revisitar as experiências ditatoriais e da justiça de transição a partir da realidade e do pensamento latino-americano. Para isso, perspectivas que convergem em um sentido de tomar o “Sul como Norte” e a partir de elementos do pensamento decolonial serão colocadas no centro das discussões. No ano de 1943 Joaquin Torres García constrói o desenho da “América Invertida”, lançando de maneira urgente a necessidade de repensarmos nossa posição enquanto latino-americanos. Como aponta Aníbal Quijano em suas contribuições sobre colonialidade do poder; a imagem que vemos quando olhamos no nosso espelho é distorcida pela perspectiva eurocêntrica, se não conseguirmos enxergar nossa real imagem se torna difícil entendermos nossos reais problemas. Nesse sentido, revisitarmos as experiências a partir dessa perspectiva nos permite olhar para aspectos fundamentais dos desdobramentos das ditaduras e suas várias formas de violências para as nossas realidades.

A proposta é feita compreendendo que os estudos sobre o tema avançaram significativamente nas últimas décadas e que recentemente pesquisas têm buscado entender particularidades referentes às violências ditatoriais. Como é o importante exemplo de pesquisas que buscam analisar as especificidades do desdobramento das violências ditatoriais para os povos indígenas, para as mulheres, povo negro e população LGBT.

ST 5 - Agências no pós-abolição: gênero, raça, classe e cidadania sob a ótica historiográfica (PRESENCIAL)

Coordenadores: Giovana de Carvalho Castro, Denise do Nascimento Santos e Vanessa Ferreira Lopes.

Ementa: No Brasil, a Abolição da escravidão inaugurou novas formas de racialização que tinham por finalidade manter as hierarquias presentes no período escravista. As reconfigurações em torno das categorias de cor e raça permitiram a renegociação dos significados de masculinidades e feminilidades. Assim, gênero, condição jurídica (livre, libertas, escravizadas e descendentes de escravizadas/os), classe e raça, interseccionadas criaram relações de poder que tendiam a permanência de hierarquizações e construção de novos parâmetros para a marginalização e subalternização, ao mesmo tempo em que empurraram estas populações para a constituição de formas de resistência, invenção e enfrentamento a partir das categorias sociais em que estavam inseridas. O Pós-Abolição, categoria analítica vinculada às experiências de pessoas negras com a Abolição e a ordenação de um novo aparato jurídico e político, conforme define Silva¹, permite a análise dos processos de construção de liberdade, de cidadania e de formação da nação. Por outro lado, ao entender o Pós-Abolição como um processo ainda em curso² permite o exame das experiências negras, indígenas, não cisheteronormativas, de cisão às normatividades. Este Simpósio temático objetiva reunir pesquisas em torno das experiências decorrentes do Pós-Abolição na construção das liberdades, das invenções, subversões e enfrentamentos frente ao racismo, sexismo e desigualdades de classe à luz dos significados de nação e cidadania.

ST 6 - A representação da figura feminina: possibilidades e narrativas para o corpo colonizado (PRESENCIAL)

Coordenadores: Eponina Castor de Mello Monteiro e Brenda Martins de Oliveira

Ementa: A representação feminina na história da arte nasce e renasce a partir de diversas formas e olhares durante todas as histórias produzindo assim diferentes narrativas que acabam refletindo o espírito do tempo no qual elas foram elaboradas. A ideia do que é o feminino, esse contorno em torno da ideia, constitui conceitos e reflexões que queremos propor neste debate, de modo que misturar nessa mesa pensamentos historiográficos que partem de diversos pontos seria enriquecedor para o debate de gênero atual. A representação do corpo

feminino há muito serve ao outro: na contemplação da religiosidade, nos propósitos da mitologia, nos pretextos da divindade, nas alegorias da fertilidade, no prazer causado ao olho – em sua grande maioria – masculino- na reclusão do mistério, na limitância do inalcançável, na violência gratuita, na inacessibilidade do mito, como diria Carol Duncan, ao falar da representação feminina como algo ligado a forças misteriosas e enigmáticas, colocando-as num patamar diferente dos homens, “Elas estão sempre mais próximas à natureza do que os homens, estão mais sujeitas a forças misteriosas. Frequentemente possuídas por almas obscuras e enigmáticas. Elas costumam representar um ou outro mito arquetípico – Eva, Salomé, Esfinge, a Madonna.”¹ Sendo assim, essa ideia colonizadora que coloca o corpo feminino representado (compreendemos aqui o sentido amplo de representação, não somente da representação física) que, a partir do male gaze como desenvolve Laura Mulvey, o olhar masculino é erotizador e mais que isso, ele é o condutor dos sentidos, o colonizador do corpo. O que transforma o corpo em algo a serviço de outra coisa que não somente a sua própria existência. O ser feminino por si só já se trata de uma construção social, no entanto, a forma como o feminino é olhado também vem carregada de uma amalgama de sentidos importantes para serem debatidos. Seja na arte, no jornal, na revista, na mídia social, no dia a dia, o corpo feminino muitas vezes aparece por e para outros olhos que não os da mulher, e aqui queremos propor uma mesa que debata o corpo por outros viéses, com outras e múltiplas nuances, um corpo feminino retomado para o prazer ou existência de si próprio, quem sabe até pensarmos em um femme gaze. Podemos neste espaço propor escancarar como a representação do corpo feminino faz deste um corpo limite, limitado pelo o que é entendido socialmente como feminino. A ideia aqui é perceber esses limites, debate-los e ultrapassá-los de modo que um corpo não necessariamente se constitua como material. Essa mesa tem como objetivo fomentar as inúmeras possibilidades de narrativas em diálogo. A ideia é que seja uma temática com certa amplitude com o intuito de justamente colocar a temática em debate a partir de diferentes perspectivas na história. Seja história da arte, de gênero, ou o que mais puder envolver.

[1] DUNCAN, Carol. Virility and Domination in Early 20th Century Vanguard Painting. *Artforum*, New York, v. 12, n. 4, p. 30-39, dez. 1973. Disponível em: <https://www.artforum.com/print/197310/virility-and-domination-in-early-20th-century-vanguard-painting-36254>. Tradução nossa. Original: They are always closer to nature than man, more subject to its mysterious forces. They are possessed by dark or enigmatic souls. They are usually acting out one or another archetypal myth—Eve, Salome, the Sphinx, the Madonna.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ARGAN, Giulio Carlo, *Guia de História da Arte*. Tradução: Maurizio Fagiolo. Editora Estampa. Lisboa, 1992.

CLARK, Kenneth. *The nude – A study in ideal form*. Princeton: Princeton University Press. 1984.

COLI, Jorge. *Exposição, ocultação, contemplação: o olhar e o sexo feminino*. In *Revista de História da Arte e Arqueologia*. RHA: Campinas.

COLI, Jorge. *O corpo da liberdade: reflexões sobre pintura do século XIX*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

DUNCAN, Carol. Virility and Domination in Early 20th Century Vanguard Painting. *Artforum*, New York, v. 12, n. 4, p. 30-39, dez. 1973. Disponível em: <https://www.artforum.com/print/197310/virility-and-domination-in-early-20th-century-vanguard-painting-36254>

HAUSER, Arnold. *História da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MULVEY, Laura. *Visual Pleasure and Narrative Cinema*. Disponível em: <https://www.asu.edu/courses/fms504/total-readings/mulvey-visualpleasure.pdf>. Acesso em: 24/04/2018.

NOCHLIN, Linda. *Why have there been no great women artists?* *Art News*, n. 69, 1971.

_____. *The Body in Pieces. The Fragment as a Metaphor of Modernity*. New York: Thames And Hudson, 1994.

PANOFSKY, Erwin. *Idea: a evolução do conceito de belo*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. (2004), Profissão artista: pintoras e escultoras brasileiras entre 1884 e 1922. São Paulo. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de Universidade de São Paulo.

ST 7 - Entre invisíveis e silenciados: Modernismo brasileiro em debate (PRESENCIAL)

Coordenadores: Gabriele Oliveira Teodoro e Rafael Otávio Dias Rezende

Ementa: Este Simpósio Temático destina-se ao encontro de pesquisadores que se preocupem com os processos de invisibilidade implicados no Modernismo brasileiro. Neste centenário da Semana de Arte Moderna, faz-se necessário repensar o papel das correntes artísticas e das atividades intelectuais nas quais mulheres, negros e diversos artistas periféricos foram e permanecem silenciados.

Mesmo que o principal propósito dos modernistas estivesse relacionado à revolução estética nas artes para abalar as antigas crenças culturais, e questionar as mesmas – repensando de maneira crítica o tradicionalismo cultural daquele tempo, então associado às correntes literárias e artísticas européias –, o movimento não foi capaz de romper com a invisibilidade e o preconceito ao, senão ignorar por completo, menosprezar a presença dos artistas negros em seu meio, como Heitor dos Prazeres, Lima Barreto, Lino Guedes, José do Patrocínio, entre outros.

Mesmo com tanta diversidade artística, o movimento ficou centralizado num pequeno grupo de intelectuais paulistas. De acordo com o crítico literário Nelson Ascher (2012), o Modernismo girou em torno de figuras principais como Oswald e Mário de Andrade (seus fundadores e teóricos), na pintura de Anita Malfatti e Tarsila do Amaral, na escultura de Victor Brecheret, na música de Villa Lobos e na sociologia e historiografia de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda (ASCHER, 2012).

Conforme o antropólogo Hermano Vianna (2012), a cultura popular, em especial as manifestações de origem negra, fascinaram e inspiraram os modernistas. O autor comenta que eruditos, como Villa Lobos, tratavam músicos populares, como Pixinguinha e Donga, com grande respeito e seriedade, chegando a aprender com eles. Porém, embora não houvesse hierarquia nessa relação, a história legitimou a arte erudita, não reconhecendo a relevância da arte popular na construção do Modernismo brasileiro.

Logo, a indagação que fazemos é: os artistas que se tornaram referência do Modernismo nacional realmente representam a diversidade do nosso país? Como a arte de pretos, pardos, indígenas, mulheres e artistas de outras regiões fora de São Paulo foram privilegiadas? Dessa forma, nosso foco é o de rever as narrativas tradicionais sobre o tema. A consciência acerca dessas relações é necessária para recuperar a memória de personagens, práticas e conceitos que permanecem desconhecidos do grande público. Este simpósio é um espaço para articular e discutir criticamente, no tempo de agora, a arte marginalizada nesse novo projeto estético dos anos XX.

Nossa intenção é reunir pesquisadores que estudam o Modernismo do samba, do morro, dos subúrbios, dos artistas negros, das mulheres e de outras cidades fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo em prol de novas releituras do Modernismo, pois perceber seus limites no contexto atual, condenar suas distorções, encontrar suas faíscas vivas olhando para as brechas é uma forma de reconstruir uma história e recuperar a memória de importantes artistas do período. As reavaliações do modernismo brasileiro se tornam necessárias para destacar a arbitrariedade e a interpretação que apenas a arte da semana alegorizada de três dias nos representa.

ST 8 - Por uma história (da arte) decolonial: arte, memória e educação antirracista. (PRESENCIAL)

Coordenadores: ANDREIA DE FREITAS RODRIGUES, Carlos Lima Junior e Francisleia Lima da Silva

Ementa: Na contramão da destruição dos monumentos erigidos, no passado, em homenagens de escravagistas, colonizadores e religiosos na América Latina, outras estátuas vêm sendo inauguradas, reparando historicamente aquelas pessoas consideradas como “excluídas da história”. Em meio à tensão presente nas disputas de memória

deflagrada nos espaços públicos de cidades brasileiras, faz-se urgente que esses debates sejam realizados nas aulas de história nas escolas e universidades, e dentro dos museus. Em consonância à temática da XXXVIII Semana de História da UFJF, “Por uma história decolonial: gênero, raça e classe na América Latina”, a questão das identidades ganham um papel fundamental nas discussões sobre o futuro dos museus e das instituições que abrigam arte. Conforme nos provoca Stuart Hall, nossa relação com nossos objetos de pesquisa ainda mantém aquelas de poder, orientadas pela diferenciação e disjunção sem considerar as diásporas e a violência da colonialidade. Desta maneira, é possível fazer as seguintes indagações: como nossa escrita sobre o passado tem lidado com patrimônios difíceis? Colaboramos com uma (re)encenação do passado?

Propomos, também, uma reflexão interdisciplinar aos limites entre essas áreas de estudo. História da Arte e preservação vêm constituindo um papel relevante na permanência/construção/apagamento de representações coletivas e na identificação de símbolos representativos como patrimônio cultural brasileiros. Estas relações estão em permanente transformação de acordo com diferentes interesses e perspectivas. Dessa forma, organizam-se políticas públicas e se formam práticas e valores individuais e coletivos.

Vale, portanto, atentar-nos para a advertência feita por Catherine Walsh de que a decolonialidade não se dá na forma do discurso, mas sim, por meio de ações insurgentes que transgridem e subvertem os lugares reservados às pessoas negras, aos indígenas e minorias também no campo artístico. Por isso, gostaríamos de convidar aquelas/es que tem se dedicado a essa atividade, enquadrando as obras de arte e os objetos conservados em museus e arquivos sob outras molduras.

A educação antirracista vem desestabilizando narrativas já há muito consolidadas sobre heróis, monumentos e feitos a serem celebrados em nosso país. As práticas educativas têm um papel fundamental nesse processo de tensionamento da memória e reinvenção do real, conforme Gisele Beiguelman e o diálogo com professoras/es que tem proposto práticas educativas com suas alunas e seus alunos também se torna fundamental.

Tentando dar lugar à proposta temática da XXXVIII Semana de História da UFJF, abrimos, assim, espaço para receber trabalhos que, a partir do âmbito do Patrimônio Cultural, material e imaterial, da História da Arte e da Preservação, desenvolvem discussões atuais e urgentes, de forma plural, valorizando o universo científico, acadêmico e social dentro dessa temática.

BEILGUEMAN, Gisele. *Memória da amnésia: políticas do esquecimento*. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

GILROY, Paul. *Atlântico negro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Enciclopédia negra: biografias afro-brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

hooks, bell. *We Real Cool. Black Man and Masculinity*. New York/London: Routledge, 2004.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MENEGUELLO, Cristina; BORGES, Viviane. *Patrimônio, memória e reparação: a preservação dos lugares destinados à hanseníase no estado de São Paulo*. *Patrimônio e Memória, Assis, São Paulo*, v. 14, n. 2, 2018, p. 361-363. (online)

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de) coloniales de nuestra época*. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, Quito, 2009.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ST 9 - Perspectivas de reconstrução político social: Escrivência e Autodefinição para uma reescrita da História feminista e interseccional (PRESENCIAL)

Coordenadores: Iuli do Carmo Melo e Bianca Marlene da Silva

Ementa: A história, marcada pela autoridade de homens brancos cis-heterossexuais de exercer poder de verdade e legitimidade teve por consequência o genocídio, epstemicídio e problemas políticos sociais imensuráveis quanto a descriminação de identidade de gênero, raça e classe. Nesse sentido o ST- 0,

busca trabalhos dedicados a reivindicar e trazer a visibilidade da voz e produção de intelectuais negras, negras, negres, povos originários e/ou comunidade LGBTQIQA+ que foram invisibilizados/as/es historicamente e trazem reflexões e memórias que atravessam as vivências cotidianas, valorizando direta ou indiretamente os conceitos de autodefinição (COLLINS, 2016) e escrevivência (EVARISTO, 2008). Sendo estas pertencentes às teorias aplicadas na prática de experienciar, resistir e romper com as atrocidades engendradas pela branquitude do lugar de definir o "Outro" marcados socialmente pelas diferenças. Valorizamos diálogos interdisciplinares de áreas afins com a História que nos ajude a refletir sobre as referidas demandas e nos instigue a possibilidades de transformação social e reescrita da História, onde possamos nos colocar não apenas enquanto objetos de estudo mas também enquanto produtores e produtoras de conhecimento, através da agência ativa.

ANZALDÚA, Gloria. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo* (trad. Édna de Marco). *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. THOMPSON, E. P. *A História vista de baixo*. Publicado em: "As peculiaridades dos ingleses e outros artigos", Editora Unicamp, Campinas, 2015. ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo da história única*. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt. Acesso em 30 de julho de 2022.

COLLINS, Patricia Hills. *Aprendendo com outsider within a significação sociológica do pensamento feminista negro*. *Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 99*. Janeiro/Abril 2016.

CRENSHAW, Kimberle W. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

EVARISTO, Conceição. *Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória*. *Releitura*, Belo Horizonte, Fundação Municipal de Cultura, n. 23, p. 1-17, nov. 2008.

GONZALEZ, Lélia. *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. *Companhia das letras*. São Paulo- SP, 2019.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está a venda*. *Companhia das letras*. São Paulo- SP, 2020

LIMA, Fátima. *Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas*. Vol 04, N. 02. *Cadernos de Gênero e Diversidade*. Abr. - Jun., 2018.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider: ensaios e conferências*. 1º ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. Tradução de Stephanie Borges.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. *Transfeminismo* São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes De. *Porque você não me abraça? Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais • no movimento social de negras e negros*. SUR 28 - v.15 n.28 • 167 - 179 | 2018.

SOARES, Elza. *A carne in Planeta Fome*. Gravadora DECK, 2019. Disponível em: *Elza Soares - Planeta Fome [Full Album]* - YouTube acesso em 3 de agosto de 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WERNECK, Jurema. *Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo*. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/303>>

SIMPÓSIOS NA MODALIDADE ONLINE

ST 01 - Nova Direita, Extrema Direita e Direita Radical: Modos de usar (ONLINE)

Coordenadores: Mayara Balestro, Luiz Fellipe Alves e Marco Antônio Campos e Souza

Ementa: O Simpósio temático tem como objetivo reunir pesquisas acerca dos novos fenômenos das direitas contemporâneas, suas classificações e métodos de análise. Partindo de contribuições historiográficas clássicas,

brasileiras e latino-americanas, buscam-se compreender, a partir de experiências históricas, as dimensões conceituais de abordagens adotadas dentro do debate sobre as direitas (brasileira ou internacional).

A partir de experiências clássicas de fenômenos radicais de direita, o conceito e a atuação das direitas políticas foram ampliados, possibilitando o surgimento de diferentes culturas políticas, grupos, partidos e governos em seu entorno, trazendo o amplo e diverso campo das direitas que focalizamos aqui.

A proposta insere-se no âmbito das discussões que vêm sendo travadas em tempos atuais e tem como objetivo reunir pesquisas que debatam as relações entre os conceitos de extrema-direita, direita radical, nova direita, fascismo, neofascismo e pós fascismo, no contexto das variadas práticas relacionadas aos diferentes campos dos estudos das direitas. A partir de uma pluralidade temática, engloba-se neste prisma desde os partidos conservadores tradicionais, até os diferentes grupos de direita radical no tempo presente.

Serão bem-vindas aproximações que tratem, não apenas de estudos de caso, mas também de estudos comparativos, assim como de análises que partam do regional como foco de observação à perspectiva transnacional e global com suas variações interpretativas, bem como abordagens com foco nas questões teóricas e metodológicas sobre o tema.

ST 02 - Ensino de História em tempos difíceis: que efeitos sobre a diferença, os direitos humanos e a democracia? (ONLINE)

Coordenadores: Marcus Leonardo Bomfim Martins e Anderson Ferrari

Ementa: A produção e proliferação de informações e opiniões pelas redes sociais; a ascensão de regimes conservadores ou de extrema-direita no Brasil e em outras partes do mundo; o recrudescimento do negacionismo científico, em geral, e histórico, em particular; o incentivo à desescolarização da sociedade; o questionamento aos saberes docentes; o empobrecimento maciço e a volta do espectro da fome no Brasil; os efeitos econômicos, sociais e emocionais decorrentes da Pandemia de Covid-19; dentre outros aspectos, configuram um quadro complexo e que nos permite nomeá-lo, genericamente, como 'tempos difíceis'. Esses tempos afetam o ensino de História em suas dimensões de pesquisa e ensino interpelando a especificidade epistemológica do conhecimento histórico escolar, sua função social, seus processos de construção, e sua articulação com outros saberes históricos que circulam na sociedade. Nesse sentido, interessa-nos nesse espaço discutirmos como esses tempos difíceis têm produzido efeitos sobre a diferença, os direitos humanos e a democracia quando o que está em jogo é o conhecimento histórico que circula nas aulas de História. Como tem impactado, especialmente, a formação docente e o currículo? Que efeitos sobre as articulações entre ciência, culturas e Teoria da História? Não estamos entendendo esse simpósio temático, exclusivamente, como espaço de denúncia, mas, sobretudo, como mecanismo de divulgação e construção coletiva de possibilidades de enfrentamento e resistência a esses tempos difíceis. Estamos apostando no esperar e na potencialidade de uma formação alicerçada nos direitos humanos, na diferença e na democracia por meio do ensino de História.

COELHO, César Augusto Pereira ; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim . *Velha roupa colorida: desafios à um currículo de História antirracista*. *Revista Espaço do Currículo*, v. 15, p. 1-16, 2022.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. *Batalhas públicas pela história nas redes sociais: articulações para uma educação histórica em direitos humanos*. *REVISTA HISTÓRIA HOJE*, v. 8, p. 39-65, 2019.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. *Avaliação democrática das aprendizagens históricas: desafios à Didática da História..* *EDUCAÇÃO EM REVISTA (ONLINE)*, v. 36, p. 1-18, 2020.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de; PARAÍSO, Marlucy Alves; FERRARI, Anderson. *Corpo lésbico, história e formação docente: agenciando existência e visibilidade para criação de possíveis no/com o currículo*. *Educar em Revista*, v. 37, 2021.

PACIEVITCH, Caroline et al. *A vida como ela foi: Produzindo resistência nas aulas de história*. *Revista e-Curriculum*, v. 17, n. 4, p. 1626-1647, 2019.

PEREIRA, Nilton Mullet; FRAGA, Gabriel Torelly . *UMA AULA DE HISTÓRIA NÃO NARCÍSICA*. *Revista Espaço do Currículo*, v. 13, p. 753-767, 2020.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. *Notas para pensar um currículo não binário: ensino de História e diferença*. In: Carmem Teresa Gabriel e Marcus Leonardo Bomfim Martins. (Org.). *Formação Docente e Currículo: conhecimentos, sujeitos e territórios*. Ied. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021, v. 1, p. 273-288. SEFFNER, Fernando. *Escola pública e professor como adulto de referência: indispensáveis em qualquer projeto de nação*. *Educação Unisinos*, v. 20, n. 1, p. 48-57, 2016. 48-57

ST 03 - Intersecções entre História e Relações Internacionais na compreensão do Mundo Contemporâneo (Sécs. XIX, XX e XXI) (ONLINE)

Coordenador: Mateus José Da Silva Santos

Ementa: Definida enquanto um “sistema de relações e fluxos transfronteiriços” (MARTINS, 2012, p.73), as relações internacionais, a partir de seus múltiplos atores, processos e estruturas, constituíram-se em objeto antigo da História, antecedendo e muito as etapas de sua disciplinarização. Nos interesses pelos conflitos interestatais e sociais, nas relações econômicas, culturais, políticas e sociais que atravessam diversas fronteiras e na compreensão do desenvolvimento do sistema internacional ao longo de séculos, dimensões transnacionais e internacionais de análise foram fundamentais na compreensão da trajetória dos mais diferentes grupos humanos e suas respectivas organizações. Durante o século XX, acompanhando os desafios da História e do historiador diante dos acontecimentos em escala local, regional e global, uma História das Relações Internacionais se afirmou enquanto uma modalidade autônoma de estudo, definida a partir da incorporação de diferentes métodos, temas de interesse, sujeitos e fontes. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, seu desenvolvimento se notabilizou pela valorização dos diferentes processos e esferas que influenciam no curso das relações internacionais, o comportamento dos Estados e demais atores do sistema, além dos mais diversos processos que marcaram a vida das sociedades modernas e contemporâneas. Com isso, este simpósio propõe reunir estudos que, a partir das intersecções entre História, Relações Internacionais e demais campos do conhecimento, problematizem características e processos vividos em diferentes escalas na formação do mundo contemporâneo. Entre as questões de maior interesse, destacam-se os estudos sobre política externa, as migrações internacionais, o desenvolvimento do sistema internacional, a cooperação internacional em suas mais diferentes modalidades, as instituições e os conflitos nos mais diferentes níveis. Busca-se, portanto, um olhar crítico acerca das mais diferentes agendas que constituíram e constituem características básicas do desenvolvimento das relações internacionais no mundo contemporâneo, ressaltando a importância de uma dimensão histórica de análise.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História do Século XX*. São Paulo: Companhia Nacional, 2007

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 4ª Ed. Brasília, UNB, 2011.

CHEIBUB, Zairo Borges. *Diplomacia, diplomas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. *Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1984.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FALCON, Francisco. *História e Poder*. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FIGUEIRA, Ariane Roder. *Introdução à análise da política externa*. São Paulo: Saraiva, 2011.

FONSECA JÚNIOR, Gelson. *Política externa brasileira: padrões e discontinuidades no período republicano*. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 29, p. 15-32, mar. 2011.

- FRANCISCO, Paula Elena Vidoveli. *Continuidade e Mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira: uma análise da construção da tradição. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010*
- GILL, Stephen. *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.*
- GONÇALVES, Williams da Silva. *História das Relações Internacionais. In: LESSA; Mônica Leite; _____ . História das Relações Internacionais: teoria e processos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007*
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre: UFRGS, 2007.*
- HOBSBAWM, Éric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.*
- MARTINS, Estevão Rezende. *História das Relações Internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.73-99.*
- MILANI, Carlos; PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v.35, n.1, p.11-41, 2013.*
- MILANI, Carlos R. S. *ABC 30 anos: história e desafios futuros. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2017.*
- MILZA, Pierre. *Política Interna e Política Externa. In: RÉMOND, René. Por Uma História Política. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.*
- MUNHOZ, Sidney J. *Guerra Fria: história e historiografia. Curitiba: Appris, 2020*
- PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.*
- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.*
- RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal, 2017.*
- RODRIGUES, José Honório. *Interesse Nacional e Política Externa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.*
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da Globalização. São Paulo: Saraiva, 2008*
- VIGEVANI, Tullo et. al. *A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. Lua Nova, São Paulo, n. 83, p. 111-143, 2011.*
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente. Petrópolis: Vozes, 2004a.*
- _____. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004b.*
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.*

ST 04 - Juiz de Fora: História e Pesquisa (ONLINE)

Coordenadores: Caio da Silva Batista e Felipe Marinho Duarte

Ementa: O simpósio temático "Juiz de Fora: História e Pesquisa" destina-se a discutir e divulgar pesquisas de âmbito local que tenham Juiz de Fora como foco de análise, desde a consolidação de seu arraial no século XVIII até meados do século XX. Pretende-se promover debates sobre as dimensões dos distintos e complementares espaços do que o veio a ser o município e seu entorno, a saber, o campo e a cidade, suas especificidades e suas inter-relações com outras partes de Minas Gerais e do Brasil, bem como suas conexões internacionais. O objetivo principal é estimular uma produção historiográfica própria, cujo crescimento nos últimos anos é visível, colocando em contato pesquisadores que se dedicam aos estudos deste *Locus* sobre os mais variados temas: cafeicultura, escravidão, movimento operário, crédito, industrialização, urbanização, arquitetura, cultura política, associativismo urbano, religião, entre outras propostas investigativas que elucidem a História de Juiz de Fora.

As diversas pesquisas e fontes que compõem a escrita da História sobre Juiz de Fora, ao longo do tempo, colaboraram para consolidar um ponto de vista próprio, pautado em elementos circunstanciais que permitiram expressar formalmente uma relativa unidade quanto ao passado do município. A interiorização dos centros de pós-graduação no país tem provocado inúmeros efeitos positivos sobre a organização e disponibilização das

fontes em várias cidades do interior e, em muitos casos, tem ocorrido uma verdadeira reviravolta nos estudos locais com o surgimento de novos temas, a completa mudança de perspectiva, seguidas, muitas vezes, pelo abalo de antigas interpretações já consolidadas.

Ao longo dos anos, o curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora se manteve próximo das discussões pertinentes ao seu município através da promoção de eventos acadêmicos, núcleos de estudos, laboratórios de pesquisas e das investigações publicadas por seus docentes e discentes. Nesse sentido, torna-se relevante a promoção de um simpósio capaz de reunir num mesmo espaço os pesquisadores do tema, procurando abarcar, sobretudo, a produção historiográfica mais recente desse universo de pesquisa tão diverso, mas que compartilham um mesmo objeto - Juiz de Fora -, de modo a acrescentar questões, sobre métodos, fontes e estratégias que possam ser exploradas e comparadas.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Em nome da palavra e da lei: relação de crédito em Minas Gerais nos oitocentos*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2015.

ANDRADE, Sílvia Maria Belfort Vilela. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de luta (1912/1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

BATISTA, Caio da Silva. *Cotidiano e escravidão urbana na paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora (MG), 1850 – 188*. Juiz de Fora: FUNALFA/Templo, 2015.

BATISTA, Caio da Silva. SILVA, Dayana Oliveira. *Redes, agentes e negócios: aspectos da escravidão no interior do sudeste brasileiro durante a segunda metade do século XIX*. In: *Revista Transversos*, Rio de Janeiro: UERJ, n° 24, abr., 2022.

BARROS, Cleyton Souza. *Eletricidade em Juiz de Fora*. 2008. 152 f. *Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora*, 2008.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. *Modernização e Higienismo*. 2008. 224 f. *Dissertação (Mestrado em História) – UFJF – Juiz de Fora*, 2008.

BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage*. Juiz de Fora: Caminho Novo, 1961.

BLASENHEIM, Peter L. *As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove*. In: *Revista LOCUS*. Juiz de Fora: EDUFJF, v. 2, n° 2, 1996.

CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)*. In: *Núcleo de História Econômica e Demográfica: Série Estudos – 2*. Mariana: UFOP, 1999.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A Europa dos pobres: a belle-époque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

COSTA, Vanessa Lourenço Vaz. *O Caminho Novo: ocupação do solo e produção rural (1700/1830)*. 2013. 230 f. *Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora*, 2013.

CROCE, Marcus Antônio. *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888/1898)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

DUARTE, Felipe Marinho. *Mercado financeiro e crédito público: acumulação de capital e infraestrutura urbana em Juiz de Fora (1870-1900)*. Juiz de Fora: Funalfa, 2016.

_____. *Uma composição historiográfica para Juiz de Fora: leituras escolhidas (1958-2012)*. In: *Revista HEERA*. Juiz de Fora, v. 10, n° 16, 2014.

ESTEVEZ, Albino. *Álbum do município de Juiz de Fora de 1915*. 3° ed. Funalfa: Juiz de Fora, 2008.

FILHO, José Procópio. *Aspectos da vida rural em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Ed. Do Autor, 1978.

_____. *Salvo erro ou omissão: gente juiz-forana*. Juiz de Fora: s/e, 1979.

FONSECA, Walter. *Pequena enciclopédia da cidade de Juiz de Fora: gente, fatos e coisas*. São Paulo: Ícone, 1987.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828/1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa, 2006.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

HOWYAN, Gregório. *Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas e esgotos; retificação dos rios e drenagem*. FUNALFA: Juiz de Fora, 2004.

- LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades – os Ferreira Armonde (1751-1850)*. São Paulo: Intermeios; Juiz de Fora: Funalfa, 2013.
- _____. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão (Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88)*. São Paulo: Fapeb; Annablume, 2006.
- LAMAS, Fernando Gaudereto; SARAIVA, Luiz Fernando. *Historiografia tradicional liberal da Zona da Mata: uma análise historiográfica*. In: *Revista HEERA*. Juiz de Fora, v. 4, n° 6, 2009.
- LANA, Vanessa. *Uma associação científica no “interior das Gerais”: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora – SMCJF – (1889-1908)*. 2006. 110 f. *Dissertação (Mestrado em História) – FIOCRUZ – Rio de Janeiro*, 2006.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho livre: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata (1870/1920)*. 1988. 276 f. *Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas*, 1988.
- LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)*. Juiz de Fora: UFJF; Funalfa, 1985.
- LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870/1920)*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. 1990. 321 f. *Dissertação (Mestrado em História) – UFF – Niterói*, 1990.
- NAVA, Pedro. *O baú de ossos*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1976.
- OLIVEIRA, Luís Eduardo. *Os trabalhadores e a Cidade*. Juiz de Fora: FUNALFA; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780/1870)*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.
- OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Tipografia Lar Católico, 1969.
- _____. *Efemérides Juizforanas (1698-1965)*. Juiz de Fora: UFJF, 1975.
- _____. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.
- PAULA, Maria Carlota de Souza. *As vicissitudes da industrialização periférica (1930/1970)*. 1976. 193 f. *Dissertação (Mestrando em História) – UFMG, Belo Horizonte*, 1976.
- PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso. ... *E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a “Manchester Mineira” que se transformou num “baú de ossos”: História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à “industrialização periférica”*. 2006. 426 f. *Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP – Campinas*, 2006.
- PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcellos. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - Zona da Mata*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 9. 1962.
- PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora (1889/1930)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.
- _____. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. 1993. 140 f. *Dissertação (Mestrando em História) – UFF, Niterói*, 1993.
- _____. *Minas Gerais e a Cadeia Global da “Commodity” cafeeira – 1850/1930*. In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*. v. 9, n° 1, (jan/jul), 2007.
- PIRES, Anderson; DUARTE, Felipe Marinho. *Economia agrária e fronteira do café em Minas Gerais*. In: *Anais do III Congresso Internacional UFES/Université de Paris-Est/Universidade do Ninho: territórios, poderes, identidades (Territoires, pouvoirs, identités)*. Vitória: GM Editora, 2011.
- SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antiga senzala (1870/1900)*. 2001. 203 f. *Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói*, 2001.
- SOUZA, Sônia Maria. *Terra, família, solidariedade: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870/1920)*. Bauru, SP: Edusc; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2007.
- TRAVASSOS, Mirian. *Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora: uma reportagem para a história*. Juiz de Fora: Esdeva, 1993.
- VALE, Vanda Arantes. *Manchester Mineira*. In: *III Encontro de Associação de Estudos Brazilianistas*. Inglaterra: Cambridge, 1996.
- _____. *Organização da medicina científica em Juiz de Fora – Baú de Ossos*. In: *Anais do XIII Encontro Regional de História – ANPUH-MG*. Juiz de Fora: Clio Edições, 2002.
- VITTORETTO, Bruno Novelino. *Fronteiras do café na Zona da Mata mineira (18700/1940)*. 232 f. *Tese (Doutorado em História) – UFJF, Juiz de Fora*, 2016.
- _____. *Do Parahybuna à Zona da Mata: terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)*. 162 f. *Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora*, 2012.

ST 05 - Imprensa e Gênero nos séculos XIX e XX (ONLINE)

Coordenadores: Laura Junqueira de Mello Reis, Natália Lopes de Souza e Olga Mattos de Lima e Silva

Ementa: De acordo com Michelle Perrot (2007), o processo de incorporação das mulheres na História foi tardio em relação às outras disciplinas. Fenômeno este, que pode ser justificado por diversos fatores, dentre os quais destacamos a escassez de fontes deixadas pelas mulheres, quando comparado com o quantitativo das “oficiais” masculinas. Embora as mulheres não fossem frequentemente encontradas nestas ditas fontes, elas participaram ativamente nos processos históricos, tendo atuado nas diversas esferas sociais de seus períodos. Neste sentido, Maria Odila Leite Dias (1995), considerada uma das percussoras dos estudos das mulheres e do gênero na historiografia brasileira, afirmou, certa vez, que estudar mulheres era ler nas entrelinhas da História que conhecíamos habitualmente. Parte desse campo proficuo se debruça sobre os espaços da imprensa periódica, já que, desde os primórdios dos jornais no Brasil (nos idos anos 1820), as mulheres encontravam formas de transitar por este universo letrado.

A imprensa era, portanto, o principal veículo de comunicação, sobretudo nos séculos XIX e XX, que se configurava como um espaço de relações de poder e formação de uma opinião pública (MOREL, 2003). Dessa forma, problematizar a trajetória destas mulheres nas folhas impressas nos permitem ter acesso às várias articulações e agências femininas em um espaço considerado majoritariamente público e masculino. Seja tecendo relações com redatores e leitores, lutando por seus direitos, ou se articulando de variadas formas, como, por exemplo, promovendo suas obras, as mulheres atuaram ativamente na imprensa brasileira nos séculos XIX e XX.

Logo, o presente Simpósio Temático, que se encontra em sua segunda edição consecutiva, objetiva proporcionar um amplo debate entre estudantes cujas pesquisas tenham a imprensa e sua relação com gênero, nos séculos XIX e XX, como fonte e/ou como objeto. Serão bem-vindos em nossa discussão trabalhos que buscam problematizar e compreender a presença das mulheres enquanto escritoras na imprensa; aqueles que se ocupam em pesquisar revistas, “jornais femininos”; ou, até mesmo, aqueles que estejam atentos para as feminilidades e masculinidades corroboradas pela imprensa. Ademais, temáticas que se preocupam com as trajetórias e redes de sociabilidades construídas por mulheres também serão aceitas para os debates deste Simpósio.

ST 06 - EDUCAÇÃO, CULTURA E GÊNERO: RELAÇÕES DE DIÁLOGO (ONLINE)

Coordenadores: Rosana Maria dos Santos

Ementa: Neste simpósio temático, cultura, educação e gênero são apresentados como categorias relacionais, compreendendo-os como eixos construtores de qualquer projeto de nação, inclusão social e realização da cidadania. Assim, este ST tem por objetivo compreender a complexidade e os meandros que envolvem não só os conceitos, mas a polissemia no qual o tema está inserido. Refletiremos sobre as modificações que ocorreram no percurso de desenvolvimento histórico-cultural dos estudantes que estão frequentando o ambiente escolar do século XXI. Abordaremos os aspectos que envolvem a diversidade humana por meio das manifestações que evidenciam as diferenças de gênero, imprescindíveis à compreensão sobre como aprendemos, como compreendemos o mundo e a nós mesmos. Diante deste cenário, propomos a análise do espaço escolar como lugar do encontro das diferenças, que acolhe os grupos marginalizados por parte da sociedade. Como antônimo da exclusão sugerimos o processo de inclusão, pois é através desse movimento que nós podemos pensar numa educação que esteja voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconheça e valorize as diferenças. Isso implica em mudanças no paradigma de educação, transformações essas que resultam na ruptura de toda uma estrutura organizacional que tem sido pautada no modelo técnico-científico da modernidade, em contraponto com uma educação que valoriza e coloca no centro do debate as vivências subjetivas, afetivas e impulsiona a capacidade criativa do ser humano. A educação enquanto pautada numa proposta multiculturalista, que ao discutir a diferença não a separa da discussão da desigualdade social, da cultura e das relações de poder.

Um multiculturalismo que politiza a cultura, a situa nos conflitos sociais e históricos, não a vendo somente como uma essência de identidades. Interessam ao ST trabalhos que analisam as relações entre Educação, gêneros e culturas.

BARBOSA, Dianise M; GUIZZO, Bianca S. Gênero e sexualidade: interfaces entre as diretrizes curriculares e práticas pedagógicas. Revista Científica da ULBRA, n.12. p.58-65, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. A cultura no mundo líquido moderno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

FRIEDAN, Betty. Mística feminina. Trad. de Áurea B. Weissenberg. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade? In: SILVA, Tomaz T.(Org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 2, v. 22, p. 5, 1997.

LARAIÁ, Roque de Barros, 1932. Cultura: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1972-1972). Revista de Saúde Pública. São Paulo, 1974. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v8s0/03.pdf>. Acesso: 21 de julho de 2022.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 23, p. 156-168, 2003.

NETO, A. V. Currículo, cultura e sociedade. Educação Unisinos, Porto Alegre, v. 8, n.º 15, p.157-171, 2004.

SILVA, Tomaz T. A produção Social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T.(Org).Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

ST 07 - Cinema, História e Memória: por uma pesquisa com novas abordagens (ONLINE)

Coordenadores: Tatiana de Carvalho Castro, Lúcio De Franciscis dos Reis Piedade Filho e Jéssica Wisniewski Dias.

Ementa: Desde a sua invenção no final do século XIX, o cinema penetra o território da memória e configura-se, onipresente no século da imagem, como fonte da história. Entendido como lugar privilegiado para representações, fabulações e registros da sociedade industrial e pós-industrial, bem como da cultura digital, o cinema vasculhou as lembranças, os esquecimentos, os embotamentos, as censuras, os espaços e os fatos, remodelando e redimensionando as memórias individuais e coletivas. De uma perspectiva sobejamente interdisciplinar, o objetivo deste Simpósio Temático é reunir pesquisadores que têm-se dedicado às interseções entre cinema, história e memória, investigando seus desdobramentos nas dimensões imagéticas e sonoras da produção fílmica com ênfase nas propostas, processos, procedimentos e influências recíprocas inseridas dentro de uma perspectiva social, decolonial e contemporânea. Para tanto, deve-se ressaltar o papel do cinema nessa relação e a importância da história, uma vez que os filmes, nos termos de Marc Ferro (1992), valem não somente por aquilo que testemunham, mas também pela abordagem social e histórica que autorizam. Consoante às ideias de Ferro, que apontam para a multiplicidade de interferências entre o cinema e a história, entenderemos os filmes não somente como narrativas, mas como imagens-objeto cujas significações ultrapassam o campo cinematográfico e refletem os valores culturais, formais e estéticos da sociedade que os produziu. Nesse sentido, os filmes devem ser observados em sua “historicidade”, termo que expressa “a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo” (HARTOG, 2015, p. 12). Cabe ainda ressaltar a distinção proposta por Michel Foucault: Deve-se considerar, por um lado, a figura do autor enquanto indivíduo sócio-histórico e as diversas questões que se vinculam às suas perspectivas (por exemplo, a condição econômica, suas origens sociais, suas posições e trajetórias no mundo social ou no campo artístico, etc.); por outro lado, a própria construção do que chama a “função-autor”, isto é, “o modo pelo qual um texto designa explicitamente esta figura [a do autor] que se situa fora dele e que o antecede” (apud CHARTIER, 2000, p. 198).

Pretende-se refletir, portanto, mas não exclusivamente, sobre os seguintes tópicos: o cinema como mídia, fonte da história e ferramenta da memória em tempos atuais (HUYSSSEN, 2000; FERRO, 1992; ELSAESSER, 2018); o cinema documentário, as narrativas documentais e os estudos de imagem (NICHOLS, 2009; DIDI-HUBERMAN, 2000; AUMONT, 1995; XAVIER, 1983); os conceitos de adaptação, apropriação e representação (HUTCHEON, 2006; STAM, 2006; CHARTIER, 2000); o lugar da nostalgia, o retorno idealizado do passado e o “retrô-gênero” no cinema contemporâneo, considerando suas implicações teóricas, práticas e estéticas (LEGGATT, 2017); a crítica à imagem eurocêntrica e as perspectivas decoloniais, de classe e gênero (SHOHAT; STAM, 2006; COUSINS, 2005); os cinemas “ex-cêntricos” (HUTCHEON, 1991), ou seja, movimentos tais como os cinemas novos, independentes, marginais, *queer* e *underground*.

AUMONT, Jacques. *A estética do filme*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema*. Brasiliense, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRUZZO, Cristina. *A invenção do espectador e do cinema*. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 10, n. 1, p. 65-78, 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/download/8645586/12887>
Acesso em: 22 de jul. 2022.

CHARTIER, Roger. *Literatura e História*. *Topoi*, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, dez. 2000, pp. 197-216. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X001001006>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2000000100197&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 nov. 2018.

COUSINS, Mark. *Historia del cine*. Barcelona: Blume, 2005.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. São Paulo: Editora 34, 2020.

DE OLIVEIRA ANDRADE, Catarina Amorim; DE BRITO ALVES, Álvaro Renan José. *O cinema como cosmopoética do pensamento decolonial*. *Logos*, v. 27, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/viewFile/54458/36789> Acesso em: 22 de jul. de 2022.

ELSAESSER, Thomas. *Cinema como arqueologia das mídias*. São Paulo: SESC, 2018.

FERRO, Marc. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

HUTCHEON, Linda. *A Theory of Adaptation*. New York: Routledge, 2006.

_____. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LEGGATT, Matthew. *Cultural and Political Nostalgia in the Age of Terror: The Melancholic Sublime*. London, UK: Routledge, 2017.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas, SP: Papirus, 2009.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da Imagem Eurocêntrica*. Tradução: Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

STAM, Robert. *Teoria e prática da adaptação: da fidelidade à intertextualidade*. *Ilha do Desterro*, n. 51, 2006, pp. 19-53. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/2175-8026.2006n51p19/9004>

XAVIER, Ismail (org.). *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Edições Graal: Embrafilme, 1983.

ST 08 - Brasil, independências e construção do Estado Nacional (ONLINE)

Coordenadores: Érica da Cruz Rosa e Eduardo da Silva Júnior

Ementa: Nos Estados que emergiram dos territórios que experimentaram a dominação colonial, a independência segue sendo, até hoje, “um momento axial, divisor do tempo, estabelecendo um antes e um depois” (TURIN, 2020, p. 3). Tal característica faz com que o processo pelo qual as colônias constituíram-se em corpos políticos autônomos seja um ponto constantemente debatido no mundo acadêmico ou mesmo invocado

por diversos discursos políticos ao longo do tempo. A amálgama de interesses em torno do tema deve-se justamente a essa dimensão estruturante que ele assume nos antigos territórios coloniais, uma vez que as independências marcam também a produção de condições para o desencadeamento dos debates sobre a construção dos Estados nacionais nos antigos territórios coloniais. Nesses termos, o ano de 2022, não só marca o bicentenário da declaração de Independência do Brasil de Portugal, mas também, a emergência de um longo e conflituoso processo que daria forma ao Estado nacional brasileiro. Independência do Brasil e construção do Estado nacional, dois processos distintos, que não podem ser percebidos como um caminho linear (HOLANDA, 1970; JANCSÓ, 2005), mas compartilham uma série de questões entre si. Justamente, sobre tais processos que o presente simpósio temático busca refletir. Esse simpósio busca acolher trabalhos que se situam no “longo século XIX” (HOBSBAWM, 1988); que se debruçam sobre os debates constitucionais e as distintas formas e ritmos pelos quais a Independência foi experimentada no território brasileiro. Interessa-nos também aqueles que se propõem refletir sobre os desafios e as questões que marcaram a construção do Estado nacional na América Portuguesa, isto é, a construção do ordenamento jurídico nacional e as práticas judiciais, as eleições e as práticas eleitorais, os múltiplos caminhos de interação entre sociedade e o emergente Estado, os debates parlamentares e as elites e suas estratégias de poder. Enfim, serão bem-vindos trabalhos que busquem discutir as múltiplas dimensões do processo de Independência e da construção do Estado nacional brasileiro, questões que frente à efeméride dos 200 anos da Independência do Brasil e os rumos tomado pelo Estado nacional, urgem serem postas em debate.

HOBSBAWM, Eric. A era dos impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico: o processo de emancipação. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

JANCSÓ, István. Independência, independências. In.: JANCSÓ, István. Independência: História e Historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005.

TURIN, Rodrigo. Os tempos da independência: entre a história disciplinar e a história como serviço. Almanack, v. 25, 2020.

ST 09 - Representações do passado: o cinema em suas relações com a história, a arte e a cultura (ONLINE)

Coordenadores: Driciele Glaucimara Custódio Ribeiro de Souza e Letícia Badan Palhares Knauer de Campos

Ementa: Em seu discurso de encerramento do Festival de Cannes, em maio de 1959, André Malraux afirmou que “o cinema é o mais potente intérprete do mundo real, daquilo que, desde sempre, pareceu se assemelhar ao real, mas ao qual o real não se assemelha mais” (MARION; MALRAUX, 1996, 79). Esse dizer endereça a questão pontuada pelo autor já em seu *O Museu Imaginário*, no qual considera-o como a arte da ficção por excelência. Embora nos primeiros estudos críticos, autores como Emilio Cecchi, Alain e outros notassem na sétima arte uma falta de apelo artístico, por a considerarem apenas como reprodução mecânica da realidade, o cinema se apresenta como importante correspondente do passado, não como mimese do real, mas como documento histórico, artístico e cultural. Jorge Coli nota, em *O corpo da Liberdade*, que a obra de arte atua como ser pensante, revelando “pensamentos” sobre o mundo (COLI, 2011, 281), ideia que, aplicada ao cinema, faz pensar acerca das inquietações por ele oferecidas, explícita ou tacitamente, de sua época e local de produção. Como salienta Marc Ferro, o cinema denuncia os problemas contemporâneos ao desvelar os lapsos sociais, conferindo às imagens a qualidade de uma *contra-análise* da sociedade (FERRO: 2010, 31-32). Retornando ao texto que abre este simpósio, Malraux salienta a importância do cinema, por ser a primeira arte mundial. As investidas por uma nova linguagem cinematográfica nos anos 50 e 60, por exemplo, disseminam-se na Itália com o neorealismo, na França com a *nouvelle vague*, e no Brasil com o cinema novo. Um *zeitgeist* que une, como ponte, culturas distintas. Esse espírito do tempo pode compreender de mesmo modo a história da arte,

encontrando eco da tradição artística no *décor*, na *mise en scène*, por meio de citações visuais ou de afinidades das formas plásticas no filme. Para além de Malraux, outros autores pontuaram as relações de semelhança entre o cinema e as artes plásticas, aproximando sensibilidades comuns aos polos. Jacques Aumont e André Bazin identificaram a potência da modernidade em movimento na arte cinematográfica de origem, herdeira direta da tradição pictórica das décadas finais do século XIX. Outrossim, Élie Faure e Serguei Eisenstein se debruçaram sobre aspectos múltiplos do legado pictórico no cinema. O primeiro evidenciando a *presciência* cinematográfica na arte barroca, o segundo por suas investigações teóricas do cinematismo. Na esfera da literatura, o cinema igualmente se estabelece como campo de sobrevida de movimentos e estilos literários. As novelas *pulp* fortalecem o imaginário do cinema *noir* nos Estados Unidos, se reiteram no fenômeno *krimi* na Alemanha e no *giallo* na Itália. A literatura gótica dos anos de 1760 a 1820 reencarnam no cinema ao longo de seu primeiro século de existência, e perpetuam-se como arquétipos para as produções de gênero que se desenvolvem atualmente. Seja em suas relações com a pintura, como suporte de adaptação de obras literárias, ou na transmutação de imaginários culturais diversos, o cinema se evidencia como um campo profícuo de exploração histórica e artística. Considerando o iminente caráter espetacular do cinema e sua estratégica disposição no jogo de interesses políticos envolvidos na construção da memória social, este simpósio temático propõe-se um espaço de discussão acerca do estatuto do audiovisual como fonte histórica. Espetáculo de feira, desprezado como objeto cultural no início do século XX, o cinema só teve seu poder ideológico mobilizado a partir dos anos 1930, com a ascensão dos regimes totalitários, enquanto a sua condição de documento só foi abalizada pelos historiadores três décadas mais tarde, quase cem anos depois de seu surgimento. Potente arma de propaganda, as imagens em movimento, sonorizadas ou não, registros diretos ou reconstituições, configuram importante peça no processo de escrita da história, sejam elas agentes de um discurso sobre o passado ou indícios do imaginário humano circulante em certo tempo e espaço. À vista da posição de destaque hoje ocupada pelas imagens no debate social da memória, são esperadas comunicações que versem sobre os usos do audiovisual no ensino da história ou que tematizem o papel do cinema na construção da cultura visual, serão aceitas ainda propostas relativas às intersecções entre cinema e história da arte, bem como análises que coloquem em questão o enunciado fílmico a partir da história das imagens.

- AUMONT, Jacques. *O olho interminável: cinema e pintura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
BARKAN, Raymond. "Cinema e pittura" IN *Bianco e Nero*, Roma: ano X, numero 7, julho/1949.
BERTHOMÉ, Jean-Pierre. *Le Décor au Cinéma*. Paris : Cahiers du Cinema, 2003
BONITZER, Pascal. *Décadrages – peinture et cinema*. Paris: Edition de l'Etoile, 1985.
CANUDO, Ricciotto. *L'usine aux images*. Paris: Etienne Chiron éditeur, 1927.
CAPELATO, Maria Helena [et al.] (org). *História e cinema: dimensões do audiovisual*. São Paulo: Alameda, 2011.
COLI, Jorge. *O Corpo da Liberdade*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
FAURE, Élie. *Função do Cinema e das outras artes*. Tradução de Maria da Conceição Nobre. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2010
FELLEMAN, Susan. *Art in the Cinematic Imagination*. Texas: University of Texas Press, 2006.
FERRO, Marc. *Cinema e história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
LE GOFF, Jacques. "Documento/monumento". In: *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
MALRAUX, André. "Le premier art mondial". In : Marion, Denis. *Le cinéma selon André Malraux*. Paris : Cahiers du cinéma, 1996.p. 79.
MALRAUX, André. *O museu imaginário*. Tradução de Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1965.

ST 010 - Tramas Sociais, Conflitos, Poder e Economia no Brasil (ONLINE)

Coordenadores: Arthur da Costa Orlando, Randolpho Radsack Correa e Vinicius Maia Cardoso.

Ementa: Em vista do expressivo número de inscrições e apresentações que já foram realizadas neste simpósio em edições anteriores da Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – optamos por manter a proposta para este ano de 2022. Justifica-se tal escolha pela grande contribuição historiográfica ocorrida sobre as diferentes tramas sociais, conflitos, relações de poder e economia que já puderam se produzidas. Nesse sentido, este simpósio temático busca reunir novamente pesquisas com abordagens teórico-metodológicas e análises que objetivem a trocas de saberes e experiências relacionadas às interfaces entre diferentes tramas sociais, conflitos, relações de poder e economia. Aprofundando os aspectos enfatizados, compreende-se que a palavra poder remete ao pensamento de uma força que permeia as relações sociais e pode ocorrer de forma direta ou indireta entre indivíduos que, a partir de diferentes meios, estabelecem a capacidade ou a faculdade da realização de algo em uma sociedade, assim como a posse do mando e da imposição da vontade. Segundo Giovanni Levi, “o poder não é uma coisa”, ele não está “acima” da sociedade ordenando as relações, mas é parte de um aspecto relacional entre agentes sociais interagindo de várias maneiras, construindo tramas sociais e autoridades compartilhadas, nas quais se agrega um sistema social urdido através de relações de troca. Fredrik Barth afirma que um comportamento humano de obediência não é uma aceitação mecânica das regras, mas ditado pelos valores de cada ator social e dos resultados que se podem obter nessas relações. Ao analisar uma sociedade, busca-se “entender o ponto de vista dos próprios atores, pois, assim, percebe-se o sistema agregado não pela sofisticada operacionalidade e índices bem medidos, mas pelas categorias cognitivas compartilhadas e os valores dos participantes do sistema”. Outrora, o conflito, como produto das relações sociais e suas dinâmicas, surge na perspectiva dos interesses e das disputas no Brasil. Como característica inerente aos processos de coexistência, os embates são comuns às dinâmicas de sociabilidade independente das conjunturas e contextos. Evidentemente, não se pode compreender que as relações sociais urdidas nas diferentes sociedades no Brasil, numa ampla temporalidade, foram conduzidas e balizadas, exclusivamente, por contendas. Contudo, a realidade da violência não pode ser desconsiderada, uma vez que o fenômeno do conflito é inerente à natureza das relações políticas, econômicas e sociais. Logo, é preciso compreender a violência como um fenômeno que ultrapassa as relações de fissuras, transições ou rupturas. No entanto, essas relações podem, sim, interferir nas dinâmicas sociais. As ações de violência não devem ser interpretadas de maneira frívola ou simplista, não devem ser interpretadas como produto do uso indevido das regras simplesmente. O recurso ao ato da violência, em resposta aos conflitos, ocorria independente da natureza de seus autores e as ações nasciam das mais diversas situações sociais, não caracterizando, assim, um grupo social específico. O que estava em jogo era a possível defesa de um posicionamento, da delimitação de um espaço social e das aspirações do indivíduo ou do coletivo. Somado às perspectivas mencionadas, compreende-se também que, uma abordagem voltada para a dinâmica econômica brasileira, possibilita a desconstrução de alguns paradigmas que foram construídos sobre ela e que, durante muitos anos, foram interpretados como verdades absolutas. Ademais, entende-se que a intensificação e organização da produção ocorrida nos mais variados territórios existentes dentro do espaço geográfico brasileiro, possuíam suas especificidades em diferentes âmbitos – relações de trabalho, propriedade agrícola, etc – e possibilitou, a determinados grupos, uma acumulação endógena de capital, mesmo em um período pré-capitalista. Acumulação que pôde ser reinvestida em diferentes meios, o que, invariavelmente, gerou condições para o desenvolvimento de diversas atividades comerciais, como também melhorias de infraestrutura urbana em variadas cidades. Desse modo, o presente simpósio abre-se a pesquisas que tenham como enfoque as permanências, as ambivalências, as simultaneidades e os antagonismos historicamente tecidos nas múltiplas formas de relações sociais entre as elites e as camadas populares no Brasil, nas mais diversas dimensões temporais e espaciais de envolvimento.

ST 011 - Narrativas históricas: debates contemporâneos em teoria da história e história da historiografia (ONLINE)

Coordenadores: Lucas dos Santos Silva e Marlon Ferreira dos Reis

Ementa: Este simpósio temático pretende reunir trabalhos que proponham análises acerca das diversas formas de construção do conhecimento histórico. Recentemente, as reflexões sobre as condições de possibilidade da produção historiográfica vêm ganhando força nos debates acadêmicos e sociais, o que tem fortalecido uma compreensão das narrativas históricas para além de uma perspectiva meramente empírica. Desde a segunda metade do século XX, desenvolveu-se na história da historiografia e na teoria da história um significativo deslocamento, a partir do qual perspectivas que concebem a historicidade da escrita da história como um processo progressivo, linear e acumulativo de auto-superação são ressignificadas em favor de abordagens “reflexivas” que privilegiam o tema da desconstrução da prática historiográfica. Assume centralidade nas análises a investigação dos pressupostos políticos, éticos, estéticos e epistemológicos subjacentes à escrita da história, inflexão que se inscreve em um movimento disciplinar mais amplo de debates sobre a dimensão “construtiva” das “operações historiográficas”[1]. Além disso, como aponta Manoel Salgado Guimarães, “reconstituir as condições de produção e de possibilidade do texto significa igualmente reinscrevê-lo no cenário que foi produzido, em diálogo com outros textos e supondo um certo tipo de leitor”[2].

Tendo como ponto de partida este esforço em pensar as diversas formas de representação da história no passado e no presente, buscaremos reunir trabalhos de áreas da disciplina histórica que têm se debruçado sobre as discussões a respeito das múltiplas maneiras de compreender, produzir e divulgar a história. São elas: teoria da história, história da historiografia e história intelectual. Seja ao analisarem a produção estritamente acadêmica, ou as narrativas históricas elaboradas em outros espaços discursivos, não só por historiadores e historiadoras, esses campos convergem em torno de um mesmo conjunto de problemas: a história como forma narrativa, como campo de embates discursivos, como produtora de sentidos e criadora de identidades. Nessa direção, serão acolhidas nesse simpósio propostas que tematizem a construção teórica do conhecimento histórico, a história da historiografia e que proponham análises acerca da produção e da circulação da história dentro e fora dos espaços acadêmicos.

[1] DE CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica”. In: _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-119.

[2] GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan/jun, 2005, p. 33.

ANKERSMIT, Frank R. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Tradução Jonathan Menezes et al. Londrina: EDUEL, 2012.

ARAÚJO, Valdeí Lopes. *História da Historiografia como analítica da historicidade*. *História da Historiografia*, n. 12, p. 34-44, 2013.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

DE CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica”. In: _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 65-119.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan/jun, 2005, p. 33.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/PUC-Rio, 2006.

LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (orgs.). *Breaking up time. Negotiating the borders between present, past and future*. Gottingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013. p. 251-280.

OLIVEIRA, Maria da Glória Oliveira. *Quando será o decolonial? Colonialidade, reparação histórica e politização do tempo*. *Caminhos Da História*, 27(2), 2022. p. 58-78.

OLIVEIRA, Maria da Glória; GONTIJO, Rebeca. *Sobre a história da historiografia brasileira: um breve panorama*. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 2016, v. 177, p. 13-37.

SOLOMON, Marlon (org.). *Heterocronias*. Goiânia: Edições Ricochete, 2018.

TROUILLOT, Michel-R. *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História*. Curitiba: Huya, 2016.

WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

ST 012 - Entre rupturas e continuidades: o autoritarismo brasileiro no Tempo Presente (ONLINE)

Coordenadores: Flavia Pereira Martins, Dirson Fontes da Silva Sobrinho, Isadora Silva Gomes e Layana Sales de Oliveira.

Ementa: O processo de construção da memória e do esquecimento supõe disputas em torno do que lembrar, como lembrar e por que lembrar. Por vezes, a referência ao passado comporta antagonismos flagrantes, inclusive entre indivíduos e grupos que compartilham de uma mesma experiência (POLLACK, 1989). Tais disputas, que podem envolver atos de confronto e de negociação, surgem, em especial, após situações-limite (genocídios, distúrbios civis, massacres étnicos-raciais, guerras religiosas, conflitos contra minorias, períodos de exceção) quando urge a revisão do legado repressivo. Nessas circunstâncias, a memória da violência extrema é mobilizada por segmentos da sociedade (sobreviventes, familiares de mortos e desaparecidos, agentes militares e o próprio Estado) como parte de um esforço por verdade, justiça e reparação histórica.

O “acerto de contas” com o passado não, necessariamente, produz as condições para a reconciliação e consequente coesão social. O caso brasileiro é sintomático pela transição democrática não ter efetivado uma ruptura clara com a experiência do autoritarismo. O retorno à democracia foi frustrado pela anistia que perdoou os torturadores e pelo consequente não julgamento dos militares (FICO, 2013).

A recente criação da Comissão Nacional da Verdade, que esse ano completa dez anos, reavivou a tensão entre a memória oficial e a memória social do regime autoritário iniciado em 1964, bem como suscitou discussões de quem são os sujeitos sociais considerados vítimas das violências de Estado em períodos autoritários. Seu relatório final assume o papel contínuo de *artefato de memória* produzindo debates políticos acerca da construção das narrativas sobre esse passado na arena pública (BAUER, 2017). Em um atual contexto de avanço de discursos negacionistas, protagonizados pelo atual Presidente da República e pelas Forças Armadas, as memórias do passado ditatorial se colocam como um tema inescapável do debate sobre a consolidação democrática no país e suas fraturas.

Nesse sentido, a presente proposta de simpósio tem como objetivo fomentar debates e intercâmbios sobre trabalhos em torno da relação entre memória e autoritarismo desde o “Estado Novo” (1937-1945) ao Tempo Presente. Dentro deste propósito, busca-se dialogar com as pesquisas referentes a memórias subterrâneas, usos políticos do passado, políticas repressivas, discursos revisionistas, relações civil-militares, processos de justiça de transição e narrativas contra-hegemônicas centradas no testemunho dos distintos grupos sociais atingidos pelo autoritarismo.

ARAUJO, M. P.; *Comissões de Verdade: um debate ético-político na contemporaneidade*. In FICO, Carlos. ARAUJO, Maria Paula (Org.); GRIN, M. (Org.). *Violência na História: memória, trauma e reparação*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. (Edição Kindle), p.2829-3197.

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?: História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. 1.ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

FICO, Carlos. *Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador*. *Topoi (Online): revista de história*, v. 14, p.239-261, 2013.

NAPOLITANO, M. *Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro*. *Antíteses (Londrina)*, v. 8, p. 9-45, dez. 2015.

PEDRETTI, L. *Silêncios que gritam: apontamentos sobre os limites da Comissão Nacional da Verdade a partir do seu acervo*. *Revista do Arquivo*, v. 5, p. 62-76, 2017.

POLLAK, Michael. 1989. “*Memória, Esquecimento, Silêncio*”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p. 3-15.

ST 013 - Imprensa periódica: seus usos historiográficos como fonte ou objeto de pesquisa (1850-1950) (ONLINE)

Coordenadores: Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira, Isis Saraiva Leão Medina, Luana Camila da Silva Rosário e Aléxia Rosa.

Ementa: A partir de uma perspectiva interdisciplinar, tendo a História como principal referencial, este simpósio Temático tem como objetivo acolher discussões em torno da imprensa periódica no fazer historiográfico. Durante décadas, a historiografia brasileira se ocupou da imprensa tomando-a por partes isoladas e inconjugáveis, ocupando-se ora de grandes figuras e títulos, ora fazendo uso do material jornalístico como fonte principal em trabalhos de pesquisa sem levar em consideração elementos importantes, como o espaço ocupado pelos meios de comunicação em um respectivo espaço-tempo, as condições materiais e sociais de produção dos impressos, o próprio fazer jornalístico como um ofício dotado de práticas historicamente datadas. O campo da imprensa tem visibilidade e importância destacadas socialmente e é um dos principais produtores da realidade social, interferindo diretamente na produção e reprodução de afetos políticos e coletivos, e das representações sociais que moldam e são moldadas por tais "realidades de papel". O arco temporal proposto, de 1850 a 1950, compreende um recorte amplo de transformações na imprensa local, e finda justamente no ponto crucial do processo de modernização da imprensa brasileira que se acentua vertiginosamente no decênio de 1950, deixando um *continuum* de um século, para que seja possível vislumbrar as diferentes fases vividas pela imprensa, e explorar as diversas possibilidades de análise em cada uma dessas fases. Portanto, buscamos integrar no simpósio trabalhos que se debruçam sobre a história da imprensa, ou que, mesmo não contando com essa atividade como objeto de pesquisa, se valham desse material como suas principais fontes - seja em jornais, revistas, almanaques etc. - e estabeleçam diálogos entre objeto e fonte.

ANSART, Pierre. A gestão das paixões políticas. Trad. de Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil (1900-2000). 2ª ed. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda, 2010.

LIPPMAN, Walter. Opinião Pública. Trad. de Jacques Wainberg. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2008.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs.). História da Imprensa no Brasil. 2 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2018.

RAMA, Angel. A Cidade das Letras. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ST 014 - Fontes Judiciais, Direitos e História Social (ONLINE)

Coordenadores: Alexandra Sablina do Nascimento Veras e Pedro Henrique Ferreira Danese Oliveira

Ementa: Este Simpósio Temático possui como objetivo reunir pesquisadores e pesquisadoras que busquem refletir sobre o uso dos arquivos da justiça criminal (processos-crime, cartas de alforria, laudos periciais, jornais, revistas, cartas etc), da justiça trabalhista (processos trabalhistas, livros de acórdãos, notas taquigráficas, atas, exposição de motivos), e da documentação policial como fontes históricas. Estudos que busquem estabelecer diálogos entre História Social, Direitos e Justiça, a partir da utilização de fontes judiciais, têm crescido significativamente nos últimos anos. Reestruturando aportes teóricos e metodológicos, importantes pesquisas têm sido desenvolvidas a partir dessa tipologia de fonte como, por exemplo, as que têm buscado pensar as diversas questões relacionadas ao mundo do trabalho e dos trabalhadores (urbanos e rurais), à raça, ao gênero, à violência, ao crime, à saúde, às doenças, à família, à honra, à polícia, às instituições jurídicas, dentre outros temas. A aproximação cada vez maior de historiadores e historiadoras e também profissionais de outras áreas (Direito, Ciências Sociais, Serviço Social, por exemplo) com as questões teóricas e metodológicas envolvendo o uso de fontes do judiciário, bem como as preocupações mais recentes com a preservação dos arquivos judiciais, tem aberto novas frentes de pesquisa e de reflexão teórica, bem como fomentado debates sobre o papel da

Justiça, das leis e do Direito nas experiências de pessoas comuns, formando assim um campo bem profícuo de pesquisa. Pensando o direito e a justiça para além das leis e de instrumentos das classes dominantes, serão bem-vindas contribuições que busquem refletir sobre os diferentes usos das fontes judiciais, em especial os processos da justiça trabalhista e da justiça criminal mais especificamente as relações entre poder e estado, que extrapolem o mundo propriamente jurídico, abrangendo as relações, as práticas e as experiências cotidianas nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas relações entre os trabalhadores e suas organizações junto à Justiça, nas mobilizações coletivas e também das fontes criminais para a compreensão das relações entre poder e justiça como dentro das prisões, cadeias, penitenciárias, rebeliões nas relações entre crime e justiça, na compreensão do crime enquanto objeto do historiador, na relação entre crime e loucura, na importância da polícia entre outras questões.

ALVAREZ, Marcos César. *Do bacharelismo criminal a criminologia no Brasil*. REVISTA USP. São Paulo. n. 101, p. 11-26. março/abril/maio 2014.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral. Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

BIAVASCHI, Magda. *O Direito do Trabalho no Brasil – 1930/1942: A construção do sujeito de direitos trabalhistas*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2005.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Micro-história e a História do Crime e da Justiça Criminal: um diálogo possível e desejado*. In: VENDRAME, Máira Ines; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (orgs.). *Crime e justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa*. São Leopoldo: Oikos, Ed. Unisinos, 2018.

CORRÊA, Larissa Rosa. *“Disseram que voltei americanizado”: Relações sindicais Brasil-Estados Unidos na Ditadura Civil-Militar (1964-1985)*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2013.

CORRÊA, Larissa Rosa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo, 1955 a 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FERLA, Luís Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida. Do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Pós Graduação em História Econômica USP, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A evolução da noção de indivíduo perigoso na psiquiatria legal*. In: *Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 1 -27.

FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*. In: *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder, saber*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 203-222.

GALEANO, Diego. *Um artista del delito: circulación de dinero falso entre Río da Plata y Brasil (1899-1911)* in: CAIMARI, Lila; SOZZO, Máximo (eds). *Historia de la cuestión criminal en América Latina*. 1ª ed. Prohistoria ediciones: Rosário, 2017.

GOMES, Angêla de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Angêla de Castro. *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. *A Justiça do Trabalho e sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002

HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim de siècle*. Tradução: Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

LARA, Silvia Hunold. *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2006.

LARA, Silvia Hunold. *Trabalho, direitos e justiça no Brasil*. In: SCHMIDT, B. (Org.) *História, Justiça e Trabalho*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

LUCERO, Bonnie. *Conclusion. Toward an interseccional vision of crime*. In: HUERTAS, Luz E., LUCERO, Bonnie, SWEDBERG, Gregory J. (eds). *Voices of Crime: Constructing and Contesting Social Control in Modern Latin America*. Tucson, The University of Arizona Press, 2016.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Trabalhadores Rurais e Justiça do Trabalho em Tempos de Regime Civil-Militar*. in: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.). *A Justiça do Trabalho e Sua História: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 303-347.

SCHIMIDT, Benito Bisso (Org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil. Pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

SCHIMIDT, Benito Bisso (Org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil. Pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

SILVA, Claudiane Torres da. *Justiça do Trabalho e Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964- 1985): atuação e memória*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores no Tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2016.

WADI, Yonissa; RAMÃO, Fernanda Pamplona. *Crimes passionais e sistema de justiça; Um olhar histórico sobre a Comarca de Toledo-PR (1954-1979)*. *Justiça & História*. vol. 6 – no 11, 2006.

ST 015 - Ensino de História e Inclusão (ONLINE)

Coordenadores: Renata Medeiros e Valter Lenine Fernandes

Ementa: O simpósio pretende analisar o papel desempenhado pela inclusão de pessoas com deficiência no ensino e formação de professores de história. Para isso, dará relevância para discussões históricas que guardam como característica a união entre o teórico e o empírico, formulada desde a década de 1970 até os dias atuais. Temas relativos à exclusão, à norma e às identidades serão abordados, uma vez que são elementos estruturantes de diferentes modalidades de ensino, materializando-a e garantindo a consolidação das discussões sobre a educação inclusiva na realização de dissertações e teses. Para isso serão aceitos trabalhos que versem sobre a prática docente de historiadores nos mais diversos níveis da educação: da pré-escola à universidade. Compreendemos assim que elementos como a neurodiversidade e inclusão de alunos com deficiência devem também ser aspectos centrais na prática do ensino de história, garantindo assim a todos e de forma democrática o acesso ao conhecimento histórico. Contudo, para melhor compreensão desses fatores citados, também é importante que sejam verificadas as ações das perspectivas futuras da formação de trabalhadores da educação e das instituições econômicas, como base de formação, consolidação e crise das relações da educação inclusiva.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 5ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CAMIZÃO, Amanda Costa; CONDE, Patrícia Santos; VICTOR, Sonia Lopes. *A implementação do ensino remoto na pandemia: qual o lugar da Educação Especial? Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 47, 2021, p. 1-17.

COSTA, Greciely Cristina da Costa. *Discursividades de Inclusão e a Manutenção da Exclusão*. In: FERREIRA, Eliana Lucia & ORLANDI, Eni, P. (Orgs). *Discursos sobre a Inclusão*. Niterói: Intertexto, 2014.

DONVAN, J; ZUCKER, C. *Outra Sintonia: A história do Autismo*. *Companhia das Letras*, 2009. FREITAS, Marcos Cezar de & SANTOS, Larissa Xavier dos. *Interseccionalidades e a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 51, e 07896, 2021, p. 1- 19.

FOUCAULT, M. *História da loucura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

JANUZZI, Gilberta. *Escola e Inclusão: é Possível o Diálogo?* In: TUNES, Elizabeth &

BARTHOLO. *Nos Limites da Ação: Preconceito, Inclusão e Deficiência*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

LOBO, Lilia Ferreira. *Os Infames da História: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPES, Maura Corcini & FABRIS, Eli Henn Fabris. *Inclusão & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

PEREIRA, João Márcio Mendes & PLETSCHE, Márcia Denise. *A Agenda Educacional do Banco Mundial para Pessoas com Deficiência e o Caso Brasileiro*. *Revista Brasileira de Educação* v. 26 e260057 2021, p. 1-23.

RIBEIRO, Luana Leal; SILVA, Renata Maldonado da; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. *Balanço da Produção Científica sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2010 - 2020)*. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: v. 37, 2021, p. 1-26.

SCHABBACH, Leticia Maria & Rosa Júlia Gabriele Lima da. *Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 55 (6) 1312-1332, nov. - dez. 2021.

SINGER, Judy. *Neurodiversity: the birth of na idea*. Kindle Amazon, 2017.

TUNES, Elizabeth. *Preconceito, Inclusão e Deficiência – O Preconceito no Limiar da Deficiência*. In: TUNES, Elizabeth & BARTHOLO. *Nos Limites da Ação: Preconceito, Inclusão e Deficiência*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

VIEIRA, Camila Mugnai & OMOTE, Sadao. *Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança*. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v. 27, e0254, p. 743-758, 2021.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; SILVA, Michele Oliveira da Silva; FRANCO, Ana Beatriz Momesso; RIOS, Gabriela Alias. *Inclusão escolar e atuação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas no Instituto Federal de São Paulo*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, V. 102, n. 260, p. 283-307, jan / abr. 2021.

ST 016 - Trabalho e Raça do Império à Primeira República Brasileira (1850 - 1930) (ONLINE)

Coordenadores: Chrigor Augusto Liberio e Vinícius Bonifacio Santos Alves

Ementa: O presente simpósio temático tem como finalidade fomentar as discussões em torno do trabalho e da raça no período do Império à Primeira República do Brasil, seguindo principalmente as dinâmicas propostas em um momento de tensionamento das práticas para com a escravidão e a consolidação do capitalismo no Mundo.

Com a independência do Brasil em 1822, encontram-se novas dinâmicas no território brasileiro, e assim, as mais plurais intervenções sobre a continuidade e manutenção da escravidão. O império, que diante da Europa e as novas ciências tentava estabelecer uma imagem liberal, mantinha escravizados como bens da nação, e a elite liberal desse governo torna esse debate público, cobrando uma posição do império frente aos escravizados nacionais, influenciado e quiçá pressionado pelo Bill Aberdeen (1845) imposto pela Inglaterra. Durante sua gestão e por pressão o Império do Brasil terá com a lei de 1850 um primeiro passo para “regularização” do trabalho escravizado. Mas o trabalho escravo continua em todo território, construindo os mais diversos tipos de dinâmicas de trabalho e de resistência no período. Desde o trabalho urbano através dos escravos de ganho; as novas formas de trabalho no campo, que é tensionado agora pelos imigrantes; as transformações pela liberdade através do trabalho, como a compra das alforrias e etc.

Com as discussões sobre abolição, a liberdade dos escravizados começa a ser uma questão contundente para a nação e para os escravistas, além dos movimentos latentes da população negra em torno de sua autonomia e liberdade, vamos ver nascer também movimentos dos mais diversos setores da sociedade para discutir a abolição da escravatura no Brasil, e assim as transformações da escravidão que impactariam na cadeia produtiva. Posto isso, nós temos uma vasta discussão em torno do fim da escravidão ocorrendo no Brasil e no mundo, com as mais diversas perspectivas e reivindicações, com mudanças para com os escravos, mas também dos trabalhadores livres e nos imigrantes da nação.

Com a abolição da escravatura em 1888, e a declaração da república em 1889, nos deparamos com um novo cenário em construção. A mudança da estrutura política no Brasil vai fazer com que as políticas para a população negra, não mais escravizada, como também para toda a população seja modificada, e isso também perpassa por uma nova estruturação do trabalho, que no Brasil não seria majoritariamente escravo. A regulamentação do trabalho só vai ocorrer nos anos 30 com a era Vargas, sendo assim, o trabalho no Brasil vai passar pelas mais diversas modificações, se constituindo a partir das novas demandas do capital com as imigrações e as demandas do trabalho livre na república.

O simpósio portanto, priorizando as perspectivas que dialoguem com os processos ocorridos no norte/nordeste do país e as pesquisas que se propõe a dialogar principalmente sobre a escravidão, objetiva-se à dialogar sobre: os tensionamentos para com a população escrava e livre; brasileira, africana e imigrante; indígenas, negros e europeus; como também os debates em torno da abolição e do emancipacionismo; coligado a isso, dar ênfase às

discussões sobre a transição do trabalho escravo ao trabalho livre, tendo como foco as políticas propostas pela elite, as dinâmicas construídas pela população negra, as dinâmicas pluriregionais das transformações do trabalho do império para a república; e constituir também espaço para discussões do impacto da raça e do trabalho na república, com as novas perspectivas do trabalhismo, do trabalho imigrante, das relações raciais na república, dos desdobramentos da transição do trabalho escravo ao livre, da industrialização e etc.

ST 017 - EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E FORMULAÇÕES CONTRA-HEGEMÔNICAS PARA SE PENSAR A ESCRITA DA HISTÓRIA (ONLINE)

Coordenadores: Stella Ferreira Gontijo e KARINA APARECIDA DE LOURDES FERREIRA

Ementa: Este ST, em sua 4ª edição, objetiva agregar discussões que buscam contribuir para o estabelecimento de um campo de produção epistemológico e feminista, a partir das relações entre gênero, raça, classe, religião, sexualidade e etc. Objetivamos colaborar com pesquisas pensando essas questões e suas disputas, trazendo para a discussão as várias vertentes teóricas em diálogo no campo dos estudos feministas.

Nas últimas décadas, como consequência dos movimentos sociais, a crítica feminista revolucionou as formas de se produzir conhecimento. As epistemologias feministas, junto aos estudos de gênero, foram centrais para questionar conceitos, teorias e métodos pensados unicamente a partir de experiências consideradas universais, isto é, masculinas, heteronormativas, brancas e ocidentais, contribuindo para propor novas inteligibilidades a antigos saberes.

Com isso, os estudos das relações de gênero tiveram avanços significativos e inúmeros trabalhos foram e continuam sendo encorajados. Inicialmente, a produção engajada da História das Mulheres, com forte vínculo com a História Social, se orientou pela inconformidade com a História contada a partir de uma perspectiva hegemônica. Uma referência precursora nesse campo é Gerda Lerner, intelectual que dedicou seus dias à docência para demonstrar que as mulheres tinham [e têm] uma História, e que, ao perceberem isso, criam entre si uma consciência coletiva. Para essa autora: “o fato de as mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de as mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade”. A partir de 1980, no entanto, começaram a aparecer as discussões teóricas de gênero, sobretudo no campo do pós-estruturalismo. O intento era o de contrapor a ideia de diferença sexual com particular atenção para os sistemas de significação, isto é, as maneiras como as sociedades representam o gênero, numa perspectiva sempre relacional. Entre as pesquisadoras desse momento figura o nome de Joan Wallach Scott, personagem importante no campo teórico nos estudos das relações de gênero.

Não podemos perder de vista ainda que o conceito de mulher deve ser compreendido de forma múltipla, como mulheres. Ao partirmos da perspectiva das mulheres como “sujeitas históricas”, atuantes e fundamentais para assimilar os acontecimentos do passado e a sociedade atual, devemos considerar suas complexidades, partindo da análise de como os fatores de raça, classe e sexualidade foram, e são, fundamentais para o papel social-político-cultural desempenhado por elas, isto é, trata-se de mobilizar essas categoriais, as percebendo enquanto consubstanciais e coextensivas (HIRATA, 2014; KERGOAT, 2010). Além disso, essas especificidades levaram ao surgimento de diversos outros campos epistemológicos, entre os quais podemos destacar o feminismo decolonial, a teoria queer, os feminismos negros, de fronteira, etc.

Ao propormos uma revisão da historiografia, incluindo essas “sujeitas”, consideramos que a narrativa hegemônica partia de uma visão equivocada de um sujeito universal, sendo este o homem-branco-Ocidental-cristão-heterossexual. Como consequência disso, os estudos desenvolvidos dentro das epistemologias feministas têm como principal objetivo contraporem-se à narrativa hegemônica, que reforça as estruturas de poder dominantes atualmente em nossa sociedade, incluindo as mulheres como sujeito ativo, de

maneira transversal nas diversas fontes e períodos, dando um novo olhar a velhos e novos objetos e objetivos de pesquisa, incluindo todas as vertentes teóricas.

Convidamos as pesquisadoras e os pesquisadores que trabalham com os mais diversos objetos, fontes e períodos históricos, a fazerem parte de nosso Simpósio Temático, que intenta fomentar e compartilhar discussões que concernem às vinculações no campo das epistemologias feministas e das relações de gênero, aqui compreendidas como construtos sociais e estruturantes de desigualdades ao longo da história. Este Simpósio objetiva também ampliar as discussões fomentadas desde a sua 1ª edição, visando continuar contribuindo para o debate sobre as dimensões do gênero nas mais diversas áreas. Nas edições anteriores, o ST promoveu conversas com pesquisadoras e pesquisadores das mais distintas universidades do país, quando houve trocas de trabalhos, conhecimentos, aprendizados e inquietações relacionadas à temática, sendo também possível afirmar a contribuição desse espaço para a consolidação do campo e seu exponencial aumento. Temos, com isso, a pretensão de reafirmar esse espaço como referência nas discussões que tratam das epistemologias feministas e dos estudos de gênero na Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que já se encontra em sua XXXVIII edição.

ST 018 - HISTÓRIA PÚBLICA, MÍDIAS DIGITAIS E O ENSINO POSICIONADO DE HISTÓRIA (ONLINE)

Coordenadores: Cristiano Nicolini, Gabrielle Gomes Oliveira e Marcia Santos Severino

Ementa: A presente proposta é corroborada por estudantes e professores do ProfHistória (Mestrado Profissional em Ensino de História) e visa problematizar as possibilidades e limites da história pública e das mídias digitais no que chamamos de "chão de escola". Como podemos usar as mídias digitais para construir uma história pública que impacte os estudantes do ensino básico? Tal problematização é importante visto que os estudantes dessa etapa têm contato diário com as mídias digitais e, atualmente, percebemos o uso e o abuso da história presente nas redes sociais. Diante disso, são necessárias a apropriação e a problematização de tais ferramentas pelos/as professores/as-historiadores/as.

O ensino de história no país está atrelado, desde o século XIX, à construção de uma visão de nação que visa mostrar uma integração social e harmonia social, fato que a atual historiografia brasileira já vem rechaçando. Tal visão é construída nas fileiras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e corroborou, desde então, com um ensino de história nas escolas do país que não atende à pluralidade social brasileira, formando corpos dóceis com a intenção de não construir uma produção de sentido acerca de fatos históricos que são temas sensíveis ao país. A história pública, no Brasil, surge interligada à história oral e à expansão dos movimentos sociais, nos quais aqueles sujeitos que foram silenciados ao longo da história pela historiografia tradicional buscam expandir e ocupar espaços públicos, narrando suas vivências e representando suas demandas em uma sociedade cada vez mais globalizada.

A expansão da internet e das mídias digitais tornou-se assim um importante espaço para a difusão do conhecimento histórico ao público mais amplo. Entendida sob a perspectiva do ensino, a história pública não se reduziria à transposição de conhecimentos históricos acadêmicos a um público passivo, em sala de aula. Pelo contrário, ela seria um posicionamento de observação e reconhecimento de múltiplas experiências, por parte de docentes e discentes, e um movimento de criação de dinâmicas participativas e dialógicas de acesso, de produção e de compartilhamento de múltiplos saberes das diferentes vozes históricas no processo de ensino e aprendizagem (ROVAI, 2020).

Na atualidade no país observamos uma série de páginas na internet, canais no youtube e perfis no instagram que trazem discussões sobre diversos temas e conteúdos caros aos currículos de história que vem se constituindo desde a implementação da disciplina nas escolas secundárias no século XIX. Após a redemocratização do país uma ampla discussão acerca do currículo vem ensejando debates acerca da construção de novas metodologias para o ensino de história. Tais debates se constituem em torno de campos de estudo como a Didática da História

(surgida na Alemanha) e a Educação Histórica (surgida no Reino Unido) e têm crescido, principalmente a partir dos anos 2000.

A ampla gama de canais de debates sobre conteúdos de caráter histórico, tem ensejado discussões sobre os usos e abusos da História, uma vez que muitos desses canais não buscam o rigor científico caro à metodologia de trabalho do historiador e, como exemplo, citamos aqui a página Brasil Paralelo que mostra uma visão enviesada da História trazendo à tona interpretações já não mais corroboradas pelos historiadores e que servem a projetos políticos específicos que não apontam para a necessidade de mudanças sociais e estruturais no país.

Assim, fica clara a necessidade do entendimento de que os professores da educação básica precisam se apropriar de seu caráter enquanto pesquisadores e intelectuais disputando tais canais de conhecimento para que não corramos o risco de disseminar uma história única e apartada do rigor metodológico da pesquisa científica nas salas de aula do país. Tais apropriações se tornam urgentes em uma cultura histórica que vem se formando no país que apresenta ares de negacionismos e não nos parece ser interessante para os estudantes da Rede Pública de ensino do país que necessitam desenvolver o caráter reflexivo no que tange as diversas idiossincrasias da questão social brasileira. Nesse sentido o presente Simpósio Temático busca a apropriação de conceitos caros à cultura histórica, à produção de conteúdo em mídias digitais, a História Pública e os temas sensíveis de nosso país, e para tal também se debaterá temas referentes à didática da História e à Educação Histórica visando a construção de conhecimento socialmente referenciado nas salas de aula.

CORRÊA, Luiz Otávio. Os vários significados da História Pública. Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016.

GRINBERG, Keila. O mundo não é dos espertos: história pública, passados sensíveis, injustiças históricas. Hist. Historiogr. v. 12, n. 31, set.-dez., ano 2019, p. 145-176.

GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, M., SOIHET, R.; GONTIJO, R. (orgs). Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. Tempo, v. 20, p. 01-20, 2014.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de Almeida; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31-50.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. Revista História Hoje, v. 8, no 15, p. 203-222, 2019.

NICOLAZZI, Fernando. Muito além das virtudes epistêmicas. O historiador público em um mundo não linear. Revista Maracanan. Rio de Janeiro, n. 18, p. 18-34, jan-jun. 2018.

OGASSAWARA, Juliana Sayuri; BORGES, Viviane Trindade. O historiador e a mídia: diálogos e disputas na arena da história pública. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 39, nº 80, 2019.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; MONTEIRO, Livia Nascimento. História das mulheres e História Pública: desafios e potencialidades de um ensino posicionado. REHR, Dourados, MS, v. 14, n. 27, p. 206-230, Jan. / Jun. 2020.

ST 019 - A CRÍTICA DESCOLONIAL: DIÁLOGOS EMERGENTES PARA O CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS (ONLINE)

Coordenadores: Silmária Reis dos Santos

Ementa: Na historiografia atual, o pensamento decolonial no campo da ciências humanas se faz preciso debates que dialoguem as suas várias concepções teóricas. Por pensamento decolonial, entende-se por uma crítica ao eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados (GROSFUGUEL, 2008). Por ser um conceito “guarda-chuva” que abarca diferentes concepções teórico-críticas em torno das consequências do processo de colonização e imperialismo ao longo da História, este Simpósio Temático busca abarcar trabalhos que dialoguem com estudos decoloniais, pós-coloniais, epistemologias do sul ou teorias não ocidentais que abordam novos olhares para a ciências humanas. A intenção é fazermos um diálogo expansivo visando uma troca

de referências de autores(as) para o desenvolvimento de nossas pesquisas, para além das nossas referências de uma historiografia do “Norte Global” (CONNELL, 2012), uma vez que no campo da pesquisa científica muitos desses pesquisadores(as) não europeus ou norte-americanos não são considerados autores(as) clássicos ou canônicos. De modo geral, nosso objetivo busca visibilizar experiências teóricas e metodológicas na abordagem de suas diferentes temáticas e fontes históricas voltadas ao pensamento descolonial, sobretudo para compreensão de como estas pesquisas têm e podem contribuir para os campos das ciências humanas e sociais.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. *As Hierarquias do Silêncio: não-ditos significativos no momento de se realizar um estudo de história da historiografia*. ANPUH- Brasil – 30º Simpósio Nacional de História. Recife, 2019. Disponível em:

https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=+ALBUQUERQUE+J%3%A9ANIOR%2C+Durval+M.+As+Hierarquias+do+Sil%3%A4ncio%3A+n%3%A3oditos+significativos+no+momento+de+se+realizar+um+estudo+de+hist%3%B3ria+da+historiografia&btnG=. Acesso em: 3 set. 2020.

BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o giro decolonial*. Revista brasileira de ciência política, n. 11, p. 89-117, 2013.

CHAMBERS, Paul Anthony. *Epistemología y política: una crítica de la tesis de la “colonialidad del saber”*. Discusiones Filosóficas, v. 20, n. 34, 2019, p. 65-90.

CONNELL, Raewyn. *A iminente revolução na teoria social*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, n. 80, p. 09-20, 2012.

CUSICANQUI, Silvia R. *Ch'ixinakax Vtxiwa: Uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

MALDONADO-TORRES, MALDONADO-TORRES, Nelson; COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, pp. 9-53

MARTINS, Paulo Henrique. *Teoria Crítica da Colonialidade*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2019.

MIGNOLO, W. *El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura – Un manifiesto*. In. CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Orgs). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del hombre editores, 2007, pp. 25-46.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. *Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História*. Revista Tempo e Argumento, v. 10, n. 24, p. 88-114, 2018.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder e classificação social*. In. MENESES, Maria P.; SANTOS, Boaventura dos. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 84-130.

SANTOS, Boaventura de S. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 11-13.

WALSH, Catherine; DE OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria. *Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra*. Education Policy Analysis Archives, v. 26, p. 83-83, 2018.

ST 020 - História do Crime e da Justiça Criminal: entre ficções, narrativas, representações e imaginários sociais (ONLINE)

Coordenadores: Camila Melo Silveira da Silva, Érico Teixeira de Loyola, Sávio Queiroz Lima e Paulo Henrique Matos de Jesus.

Ementa: As perspectivas de trabalho com as narrativas e com a elaboração textual sobre crimes, criminosas e criminosos, a partir da chamada “História Cultural do Crime”, tem se tornado um campo de estudos cada vez mais consolidado e diversificado. No que se refere à análise das representações históricas, o crime, a criminalidade e todo universo que orbita tais relações sociais, têm pontual importância. Nesse cenário, são conhecidos, dentre tantos outros, os trabalhos de Boris Fausto, a respeito de crimes célebres da Cidade de São Paulo (2009, 2019); a obra de Francisco Linhares Fonteles Neto (2018), sobre a morte da inglesa Edith Davis, e as pesquisas de Ana Gomes Porto sobre os romances e histórias de crime no Rio de Janeiro, ainda na virada do Século XIX para o Século XX (2009).

Das possibilidades abertas por esses autores em uma historiografia de corte mais social, os historiadores culturais do crime pretenderam, no dizer de Dominique Kalifa (2019, p. 30), usar o “cultural como instrumento, uma entrada para fazer história social”. A partir desses novos aportes teóricos, a historiografia tem se mostrado

sensível à articulação entre os discursos, saberes, estratégias e instituições de poder, ao tempo em que aponta as discontinuidades entre as formulações discursivas e institucionais e sua efetiva interação nas experiências e práticas cotidianas.

Justiça e crime não apenas possuem historicidades social e cultural localizadas como, também, fomentam os imaginários sociais morais sobre vítimas, algozes e salvadores. Nesta relação de representações e discursos, o crime é o epicentro de narrativas de diversas naturezas e para diversos fins, extrapolando os limites entre o real e o ficcional, objetivamente ou não. Para além da seara jurídica de construção dos valores e condicionantes, o crime, a justiça e seus entornos seduzem o interesse humano por narrativas curiosas, assombrosas ou excitantes. A ficção já cabia no interesse da historiografia em sua dinâmica com a Literatura, como nos guia Sandra Jatahy Pesavento (2006), ampliando seus horizontes com as experiências com cinema (Napolitano, 2019) e as inúmeras possibilidades narrativas da indústria cultural.

Da mídia jornalística periódica às ficções da indústria de entretenimento, crimes e castigos são temperos de narrativas que físgam a comoção do público, aumentando a audiência, o consumo e estimulando a opinião pública carregada de valores morais. Nos últimos anos, documentários denominados true crimes e adaptações de crimes célebres têm se feito presentes na mídia tradicional e em canais de streaming. Minisséries como "Doutor Castor" (2021), sobre o conhecido carioca banqueiro do jogo do bicho, ou "Era uma vez um crime" (2016), abordando o homicídio cometido por Elize Matsunaga contra seu esposo, o empresário Marcos Matsunaga, são alguns dos exemplos de produtos de entretenimento lançados nesse contexto. Instigando o assombro e, muitas vezes, a ira do telespectador, referidos programas acabam se revelando, muitas vezes, precários ao problematizar o contexto de ocorrência do "fenômeno criminal". Suas narrativas, em não raras oportunidades, projetam imaginários (Pollak, 1992) e representações (Chartier, 1991) capazes de perenizar análises simplistas, redutoras da realidade social.

Nesse sentido, do diálogo entre circunstâncias e plausibilidades que caracterizam a narrativa historiográfica, propomos esse Simpósio com o objetivo de reunir trabalhos que levem em consideração uma abordagem de produções (narrativas não ficcionais ou ficcionais) da imprensa, literatura, fotografias, cinema, séries, histórias em quadrinhos, jogos eletrônicos, dentre tantas, enquanto importantes fontes históricas na compreensão das representações sociais acerca do crime e dos criminosos/as, bem como das formas de controle social.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. *Estudos Avançados*, 5(11), 1991, p. 173-191. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601>

FAUSTO, Boris. *O crime da Galeria de Cristal: e os dois crimes da mala*. São Paulo, 1908-1928. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FAUSTO, Bóris. *O Crime do Restaurante Chinês. Carnaval, Futebol e Justiça na São Paulo dos anos 30*. Companhia das Letras, 2009.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. *O Crime do Boulevard. A sensacional e misteriosa morte de Edith Davis*. UERN, 2017.

KALIFA, Dominique. *A tinta e o sangue: narrativas sobre crime e sociedade na Belle Époque*. São Paulo: Unesp, 2019.

NAPOLITANO, Marcos. *A História Depois do Papel*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. 3ª Edição. Editora Contexto, São Paulo, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma velha-nova história*. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates*, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTO, Ana. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP: Campinas, 2009.

ST 021 - Histórias de cinemas: estudos sobre salas de cinema, exibição e audiências (ONLINE)

Coordenadores: Ryan Brandão Barbosa Reinh de Assis, Sancler Ebert e Livia Maria Gonçalves Cabrera

Ementa: Publicados em 2022, os primeiros resultados de um mapeamento que vem sendo realizado por Livia Cabrera, Ryan Brandão e Sancler Ebert indicam um crescimento, ao longo das últimas décadas, da quantidade de teses e dissertações sobre a exibição cinematográfica no Brasil. Do mesmo modo, é perceptível que os espaços de discussão relacionados a essa temática estão aumentando no país. Por exemplo, desde 2016, os encontros da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (SOCINE) contam com o Seminário Temático Exibição Cinematográfica, Espectatorialidades e Artes da Projeção no Brasil, coordenado atualmente por João Luiz Vieira, Júlio Bezerra e Wilson Oliveira. Por sua vez, o Grupo de Pesquisa Modos de Ver: Estudo das Salas de Cinema, Exibição e Audiências Cinematográficas (ESPM / CNPq), coordenado por Talitha Ferraz e Pedro Curi, organiza anualmente um evento destinado a debater questões relacionadas a esse assunto. Além disso, no ano de 2019, foi realizado em Juiz de Fora o I Encontro de Pesquisadores em Histórias de Cinema de Minas Gerais. Organizado por Alessandra Brum, o congresso resultou na publicação do livro “Histórias de cinemas de rua de Minas Gerais” (BRUM; BRANDÃO, 2021).

Para localizarmos melhor a nossa proposta dentro dos Estudos de Cinema, é importante enfatizarmos primeiro a relação entre o Cinema e a História. A partir da década de 1970, o Cinema passou a ser visto como um “objeto, fonte ou lugar de construção de significações históricas” (SCHVARZMAN, 2008), o que abriu um amplo leque de interesse para os historiadores. No Brasil, a partir dos anos 1980, ocorreu uma revisão do olhar hegemônico da grande História do Cinema, com o objetivo de descentralizar o foco mais tradicional das pesquisas sobre os filmes e os seus diretores para uma apreciação de outras questões relacionadas à distribuição, exibição e recepção, nos mais diversos cenários econômicos, culturais, sociais e temporais. Essa mudança se reflete num movimento denominado Nova Historiografia Universitária (AUTRAN, 2007). Por sua vez, a ampliação dos temas estudados também ocorreu fora do país. Richard Maltby (2011) assinala que, ao longo das últimas décadas, despontou uma tendência transdisciplinar que, ao invés de destacar o texto fílmico, coloca em perspectiva os espaços de exibição cinematográfica e as experiências pessoais e coletivas das audiências. O fato é que, tendo conquistado uma maturidade metodológica – mesmo que as discussões sobre as metodologias empregadas pelos seus teóricos sejam contínuas –, esse eixo de investigação vem desenvolvendo uma identidade própria. Na Europa, nos Estados Unidos e na Austrália, atribuiu-se a ele o nome de New Cinema History. No Brasil, João Luiz Vieira (2021) se consolidou como uma grande referência nesse debate. Ele tem defendido a proposta de um campo em constituição nomeado informalmente como “histórias de cinemas”. É essencial grafar a terminologia com iniciais minúsculas e no plural, na medida em que o objetivo é realçar as múltiplas trajetórias dos espaços de exibição cinematográfica nacionais. Ao propor essa nomenclatura, a intenção do pesquisador não é excluir os filmes da análise, mas sim ir além deles, incluindo aí as suas complexas e múltiplas condições de recepção. Estas são marcadas por distinções regionais, abrangendo a conformação de sua audiência, com hierarquias de classe social, gênero, etnia, idade ou educação, entre outros traços identitários. “Sem dúvida, trata-se de uma empreitada teórico-prática de natureza transdisciplinar que joga luz sobre a trajetória paralela da formação de públicos e das transformações culturais, tecnológicas e mercadológicas do cinema” (VIEIRA, 2021, p.7).

Com base nisso, esse Simpósio Temático busca promover um espaço de discussão para os pesquisadores que tenham as salas de cinema como objeto de estudo, a partir das mais variadas perspectivas interdisciplinares. Por exemplo, a sua arquitetura, as experiências de sociabilidades geradas por elas, as tecnologias empregadas na projeção fílmica, as reflexões de cunho econômico sobre o mercado exibidor, a relação com o patrimônio e as políticas públicas voltadas para a preservação desses locais. A nossa intenção é que, para além de um ambiente de troca entre os acadêmicos interessados no assunto, esse Simpósio Temático estimule a realização de novas investigações de igual fôlego ao redor do país, o que ajudará a reconstituir porções significativas da história do circuito exibidor nacional. Afinal, ainda existem muitas “histórias de cinemas” para serem contadas no Brasil.

- ARAÚJO, Vicente de Paula. *A bela época do cinema brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ARAÚJO, Vicente de Paula. *Salões, circos e cinemas de São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- AUTRAN, Arthur. Panorama da historiografia do cinema brasileiro. *Revista Alceu*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, pp. 17-30, janeiro/junho 2007.
- BARRO, Máximo. *A primeira sessão de cinema em São Paulo*. São Paulo: Cinema em Close Up, 1979.
- BILTEREYST, Daniel; MALTBY, Richard; MEERS, Philippe (Eds.). *The Routledge Companion to New Cinema History*. London / New York: Routledge, 2019.
- BOCCANERA JÚNIOR, Sílio. *O teatro na Bahia: da Colônia a República (1800-1923)*. Salvador: Editora da UNEB / Editora da UFBA, 2008.
- BRANDÃO, Ryan; CABRERA, Lívia; EBERT, Sancler. Mapeamento das pesquisas sobre salas de cinema nos cursos de pós-graduação stricto sensu do Estado do Rio de Janeiro. *Faces da História*, v. 9, n° 1, pp. 196-219, 2022.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FONSECA, Raimundo Nonato da Silva. “Fazendo fita”: cinematógrafos, cotidiano e imaginário em Salvador, 1897-1930. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2002.
- FREIRE, Rafael de Luna. *Cinematographo em Niteróy: história das salas de cinema de Niterói*. Niterói: Niterói Livros, 2012.
- GONZAGA, Alice. *Palácios e poeiras: 100 anos de cinema no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record / Funarte, 1996.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- MALTBY, Richard. *New Cinema Histories*. In: BILTEREYST, Daniel; MALTBY, Richard; MEERS, Philippe (Eds.). *Explorations in New Cinema History: approaches and case studies*. Oxford: Blackwell Publishing, 2011.
- SARAIVA, Kate. *Cinemas do Recife*. Recife: Funcultura, 2012.
- SCHVARZMAN, Sheila. Cinema Brasileiro, História e Historiografia. In: *Mnemocine*. 2008. Disponível em: <http://www.mnemocine.com.br/index.php/2017-03-19-18-18-46/historia-e-cinema/120-cinema-brasileiro-historia-e-historiografia>. Acesso em: 6 ago. 2022.
- SIMÕES, Inimá. *Salas de cinema em São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.
- SOUZA, José Inácio de Melo. *Imagens do passado: São Paulo e Rio de Janeiro nos primórdios do cinema*. São Paulo: Editora SENAC, 2004.
- SOUZA, José Inácio de Melo. *Salas de cinema e história urbana de São Paulo (1895-1930): o cinema dos engenheiros*. São Paulo: Editora SENAC, 2016.
- TRUSZ, Alice Dubina. *Entre lanternas mágicas e cinematógrafos: as origens do espetáculo cinematográfico em Porto Alegre (1861-1908)*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.
- VIEIRA, João Luiz; PEREIRA, Margareth Campos. *Espaços do sonho: cinema e arquitetura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Embrafilme, 1983.
- VIEIRA, João Luiz. Prefácio. In: BRUM, Alessandra; BRANDÃO, Ryan (Orgs.). *Histórias dos cinemas de rua de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2021.

ST 022 - Golpes na América Latina: revisitando as ditaduras da segunda metade do século XX (ONLINE)

Coordenadores: Marcos Vinicius Ferreira Trindade

Ementa: A segunda metade do século XX foi marcada pela implantação de ditaduras na América Latina, e dentro da dinâmica social, o *Terror de Estado* foi imposto como mecanismo de controle social, político e cultural (PADRÓS, 2008). Os golpes militares que atravessaram o continente trazem o contexto permeado por processos políticos compartilhados e constituíram objetos de diferentes perspectivas interpretativas. Adotamos o viés que aponta para a existência de golpes militares articulados em um projeto maior de desenvolvimento capitalista no continente sob a influência estadunidense, apresentando a disputa de poder político e hegemonia de modo que a democracia foi brutalmente ferida em vários países latino-americanos (RAPOPORT; LAUFER, 2000). As problemáticas identificadas, principalmente acerca da *tortura* e do *testemunho*, mostraram-se parte de uma tendência compartilhada na América Latina, o que revela a diversidade de estratégias e formas de estruturação sistemática do *terror* enquanto violência política, portanto, há a necessidade de ressignificá-las, visto que dentro dos processos de redemocratização, os traumas advindos ainda não foram superados e, sendo assim, as disputas pela memória continuam latentes nestas sociedades.

Dessa forma, para o Simpósio Temático "Golpes na América Latina: revisitando as ditaduras da segunda metade do século XX", esperamos propostas de trabalho que analisem, em suas diferentes abordagens teórico-metodológicas, as características do ambiente de medo, resultante das recorrentes práticas de sequestros, torturas, desaparecimentos, aprisionamentos em campos de concentração, prisões, exílios e assassinatos planejados e realizados por órgãos estatais e suas formas de resistências, quer seja política (movimentos sociais, luta armada), quer seja cultural (textos literários, músicas e artes em geral) nos países que sofreram golpes militares a partir da década de 1960. Para tal, ressaltamos o uso de textos literários, músicas, análise de imagens, arquivos das Comissões Nacionais da Verdade, práticas escolares desenvolvidas dentro da educação básica, entre outros, que analisam o contexto ditatorial no continente americano para a construção dos trabalhos que serão submetidos neste Simpósio Temático.

ST 023 - Pensando as direitas: intelectuais, poder e política (ONLINE)

Coordenadores: Maria Tereza Dantas Bezerra Soares e Nathalia Guimarães e Sousa

Ementa: A historiografia tem experimentado um aumento nos estudos sobre as direitas ao longo dos últimos anos, tal ampliação se deve, entre outros motivos, pela ascensão ao poder de diferentes vertentes das direitas ao redor do globo. Posto isto, esse simpósio temático busca refletir sobre as direitas através da atuação de intelectuais ligados à tal campo político no cenário público brasileiro, especificamente, durante o período republicano. O intuito desse simpósio passa pelo interesse em reunir pesquisas que trabalhem na perspectiva da história política, da história intelectual e/ou da história das ideias, no que concerne aos grupos e atores que contribuíram com a produção, a circulação e a divulgação de ideologias conservadoras e vinculadas às direitas, essenciais na construção de governos de direita e autoritários.

ST 024 - HISTÓRIA E AUDIOVISUAL: DIÁLOGOS E DISPUTAS PELA MEMÓRIA (ONLINE)

Coordenadores: Luiz Araújo Ramos Neto

Ementa: Desde o seu surgimento no final do século XIX, o audiovisual transformou de maneira definitiva as concepções sociais pré-existentes acerca do real, impôs novas percepções sobre o passado, trouxe à tona novas representações e modificou as relações do público com a ficção. As distintas propostas estético-ideológicas também inserem este em um diálogo multidisciplinar estritamente aberto com todas as áreas do conhecimento que compõem as ciências humanas e com as demais formas de manifestação artística. Diante das diversas possibilidades de investigação e análise, é necessário destacar que audiovisual participa ativamente dos debates culturais e políticos desde o início do século XX e a sua atuação pode ser considerada catalisadora para sustentar ou contradizer o discurso dito dominante, evidenciando o seu poder de significação e ressignificação dentro de um contexto sociocultural específico. Desta forma, este simpósio temático tem como objetivo principal discutir o lugar ocupado pelas várias manifestações do audiovisual (cinema, televisão, streaming etc.) dentro de pesquisas realizadas por professores e pesquisadores, de diferentes áreas do conhecimento e níveis de ensino, que abordam as relações deste com os âmbitos da História e da memória a partir de suas múltiplas práticas sociais. As discussões abarcarão um olhar reflexivo em suas inúmeras perspectivas, partindo do estatuto do audiovisual como documento de investigação historiográfica, do seu papel desempenhado no processo de construção de uma memória histórica, de questões relativas à produção de uma historiografia a respeito da sétima arte, reflexões acerca das diversas formas de representação do passado, dos movimentos estéticos-ideológicos e abarcando discussões referentes ao âmbito do fazer cinematográfico (pré-produção, produção e pós-produção). Para se pensar o audiovisual na História, deve-se levar em consideração as implicações mútuas entre imagem e som, a partir de uma metodologia que valorize as interfaces com outras áreas do conhecimento e evite as armadilhas produzidas por saberes históricos pré-definidos, desta forma, serão centrais para este eixo, trabalhos que façam uso do caráter multidisciplinar.

ST 025 - Patrimônio, História e Memória: práticas educativas, políticas, sociais e os desafios da interdisciplinaridade (ONLINE)

Coordenadores: Carolina Martins Saporetti, Giovana Martins Brito, Danielle Aparecida Arruda e Isadora Parreira Ribeiro.

Ementa: Este Simpósio Temático visa promover um debate acerca das relações entre história, memória e patrimônio cultural. Sabemos que ao empregarmos “patrimônio cultural” como objeto de discussão, entramos em um campo que necessita cautela por parte do pesquisador, a final de contas, há um vasto campo de apropriações, conceitos e abordagens dos mais diversos entornos deste assunto. Compreendemos patrimônio cultural como um conjunto de bens materiais – a saber, prédios, conjuntos urbanos, paisagens e sítios arqueológicos, entre outros – e imateriais – classificados como saberes, modos de fazer, formas de expressão e celebrações – considerados relevantes para a constituição dos valores de um grupo social. Tal conversa em torno do patrimônio cultural acalora e aproxima formas de interdisciplinaridades, o que permite a junção e o diálogo entre profissionais e estudantes de diversas áreas.

Neste sentido, propomos uma reflexão interdisciplinar às fronteiras entre essas três áreas de estudo. História e memória vêm constituindo um papel fundamental na construção de representações coletivas e na identificação de símbolos como patrimônio cultural. Estas relações estão em permanente transformação de acordo com diferentes perspectivas e demandas sociais. Dessa forma, organizam-se políticas públicas e se formam práticas e valores individuais e coletivos.

Desde a emergência do termo, o patrimônio cultural tem sido utilizado como instrumento político, permeado por disputas de narrativas e afirmações de identidades, dilatando a noção de patrimônio à medida em que novos personagens e tensões se inserem neste palco. São inevitáveis, portanto, as discussões sobre os direitos e os lugares da memória, as transformações históricas que incidem não apenas nas políticas patrimoniais, mas também na dimensão social ocupada pelo patrimônio. No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, é possível perceber a ampliação do acesso da sociedade no que tange à atribuição de valor, alargando também as discussões sobre as práticas educativas, políticas e sociais do patrimônio cultural. Assim, este Simpósio Temático tem como proposta abrir espaço para os trabalhos de estudantes, docentes e demais pesquisadores do campo que se interessem em tratar do tema como demanda social da história.

Justificativa (e relevância do tema): Atualmente, observamos um aumento na produção de trabalhos que utilizam o registro memorial como fonte, seja na História ou áreas afins. Assim, é importante debater sobre o papel do historiador na relação entre patrimônio, história e memória e na construção da história do tempo presente.

Além disso, é preciso destacar a compreensão do patrimônio cultural como elemento essencial para a consolidação dos sentidos de identificação e pertencimento. Desse modo, pensar sobre a gestão do patrimônio e suas políticas de salvaguarda é também lutar pela afirmação da história e memória dos diversos grupos sociais. Por conseguinte, tal processo resulta na valorização e reconhecimento das comunidades. Com efeito, a questão é crucial haja vista que o cenário se encontra em constante disputa.

Logo, este Simpósio Temático propõe-se a estabelecer um espaço de discussão respeito do patrimônio cultural, permeado pela aproximação com a história e com a memória. Isto é colocado em um momento em que, como nos lembra Pierre Nora, a sociedade sente a necessidade da história pela ameaça cotidiana as suas memórias. As recentes abordagens e a intensa produção historiográfica, por meio do mergulho em novas fontes e possibilidades interpretativas, das últimas décadas em diversas áreas temáticas têm cumprido um papel importante na desconstrução de determinados olhares diante dos processos históricos e têm colaborado para que sejam forjados outros objetos de patrimonialização.

Portanto, esse simpósio tem o propósito de provocar reflexões e debater sobre instrumentos, conceitos e práticas preservacionistas com o objetivo de estimular o diálogo em torno das contribuições da pesquisa histórica na elucidação de questões e na formulação de alternativas para a preservação do patrimônio cultural. Além do mais, se faz um espaço aberto para troca de experiências a partir da apresentação de diferentes trabalhos sobre este conteúdo.

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. Revista História Hoje. v. 3, n. 37, julho de 2005.

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1987.
- FLORÊNCIO, Sônia Rampim. *Política de educação patrimonial no IPHAN: diretrizes conceituais e ações estratégicas*. São Paulo: Revista CPC, n. 27 especial, p. 55-89, jan/jul, 2019.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.
- MOTTA, Márcia Maria Menéndez. *História e Memória*. Cadernos do CEOM - Ano 16, n. 17 - Memória social, 2003.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. I FÓRUM NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL. 2009, Ouro Preto. Conferência Magna. Brasília: Iphan, 2012, p.25-39
- NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. *O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do inventário participativo de referências culturais no Minhocão*. São Paulo: Revista do Centro de Pesquisa e Formação (SESC), n.5, novembro de 2017.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história, a problemática dos lugares*. Tradução Yara Aun Houry. São Paulo: Projeto História, v. 10, dez. 1993.
- PELEGRINI, Sandra A.C. *O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas*. UNESP-FCLAS-CEDAP, v.3, n. 1, p. 87-100. 2007.
- POLLACK, Michel. *Memória e identidade social*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricas, v. 5, n. 10, 1992.
- POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricas, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.4
- SCIFONI, Simone. *Para repensar a educação patrimonial*. IN: PINHEIRO, Adson Rodrigo (org.). *Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial*. Fortaleza: Seccultfor/Iphan, 2015a, p.195-206.
- TOLENTINO, Átila Bezerra. *Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal*. Rio Grande do Sul: Revista Sillogés – v.1, n.1, jan./jul. 2018.
- TOLENTINO, Átila. *O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática*. IN: TOLENTINO, Átila e BRAGA, Emanuel (orgs.). *Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. Caderno Temático 5. João Pessoa: Iphan-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p.38-48.
- ZANIRATO, Sílvia Helena. *Usos sociais do patrimônio cultural e natural*. Patrimônio e Memória. São Paulo, v.5, n.1, p.137-152, out.2009.

Juiz de Fora
18/08/2022